

- WASSERMAN, G. A. & SERACINI, A. M. (2001). Family risk factors and interventions. In R. Loeber & D. P. Farrington. (Eds.). *Child Delinquents: Development, intervention, and service needs*. (pp. 165-189). London: Sage publications.
- WEBSTER-STRAITON, C. (2002). Os anos iniciais: Séries de treino para pais, professores e crianças: Programas de prevenção e intervenção precoce. In A. C. Fonseca (ed). *Comportamento Anti-Social e Família: Uma abordagem científica*. (pp. 419-474). Coimbra: Almedina.
- WELLS, L. E. & RANKIN, J. H. (1991). Families and delinquency: A meta-analysis of the impact of broken homes. *Social Problems*, 38, 71-93.
- WIDOM, C. S. (1989). Does violence beget violence? A critical examination of the literature. *Psychological Bulletin*, 106, 3-28.

Dr. I. Alberto, A.C. Fonseca,
C.P. Albuquerque, A.G. Fer-
reira & J. Roberto (Eds.).
Comportamento Anti-social
Escola e família (p. 31-81).
Coimbra: Centro de Psico-
pedagogia da Universidade
de Coimbra

Trajectórias de Delinquência Comum, Transitória e Persistente: Uma Estratégia de Prevenção Diferencial¹

Marc Le Blanc* (2003)

1. INTRODUÇÃO

Os especialistas de diversas disciplinas da área das Ciências Sociais e Humanas têm dado provas de criatividade, no domínio da prevenção da delinquência. Com efeito, as revisões mais recentes fazem referência a um número considerável de programas de prevenção (Catalano et al., 1998; Farrington, 1993; Le Blanc, 1993, 1994, 1995; Lundman, 1993; Mulvey, Arthur e Reppucci, 1993; Reid e Eddy, 1997; Tolan e Guerra, 1994; Tremblay e Craig, 1995; Wasserman e Miller, 1998; Yoshikawa, 1994; Zigler, Tausig e Black, 1992). No entanto, tais revisões concluem que muitos programas não foram avaliados de modo satisfatório. Consequentemente, os investigadores pouco ajudam as organizações que se dedicam à prevenção da conduta delinquente pois, até à data, apenas têm proposto uma lista de programas interessantes cujos resultados são encorajadores.

* Marc Le Blanc, Ph. D. (Criminologia), Sociedade Real do Canadá. Escola de Psico-Educação e Escola de Criminologia. Universidade de Montréal.

Julien Morizot, M. Ps. (Psicologia). Departamento de Psicologia. Universidade de Montréal.
¹ Tradução de Isabel Alberto e de Manuela Vilar.

A literatura científica, sobre a prevenção da conduta delincente, utiliza três perspectivas para apresentar os programas de prevenção. Em primeiro lugar, o ponto de vista da classificação. Assim, as recensões de Lorion, Tolan e Whaler (1987), Tolan e Guerra (1994) ou Wasserman e Miller (1998) classificam os programas segundo o seu carácter universal ou focalizado, segundo as instituições sociais em causa, a escola, a família, etc., ou, ainda, segundo os grupos de idade em apreço. Em segundo lugar, o ponto de vista empírico é adoptado por vários autores que procuram descobrir factores de risco, com o objectivo de limitar o seu impacto; os trabalhos de Farrington (Farrington, 1992; Farrington, Ohlin e Wilson, 1986) e de Le Blanc (1991, 1995) baseiam-se nesta perspectiva pragmática. Esta abordagem é também designada "modelo de redução dos riscos": o responsável pela prevenção intervem para reduzir o efeito dos factores de risco, ao mesmo tempo que reforça os factores de protecção, que travam o desenvolvimento do problema (Mrázek e Haggerty, 1994). Por último, o ponto de vista teórico caracteriza os programas que se baseiam numa teoria das causas da delinquência. Por exemplo, o modelo de desenvolvimento social de Hawkins (Hawkins, Catalano e Miller, 1992a, 1992b; Hawkins et al., 1992c; Hawkins e Weis, 1985) ou a teoria da regulação social multiníveis de Le Blanc (1993, 1994b, 1997) apresentam-se como quadros teóricos interessantes, de referência para tais estratégias de prevenção.

Obviamente, cada uma destas abordagens apresenta limitações e vantagens. Assim, o principal problema da perspectiva de classificação, é que ela não é guiada nem por uma concepção particular das causas, nem pelo tipo de conduta delincente em apreço; mas, em contrapartida, tem a vantagem de propor (re)agrupamentos lógicos de estratégias de prevenção. No pólo oposto, o principal inconveniente da perspectiva teórica, é que ela se baseia numa concepção limitada das causas da conduta delincente; tem, em contrapartida, a vantagem de se apoiar sobre uma concepção coerente das causas (consideradas). Entre estes dois extremos, a perspectiva empírica assenta, frequentemente, num número limitado de estudos que raramente são reproduzidos. Todavia, as meta-análises recentemente realizadas permitem compensar, em parte, essa desvantagem. Neste capítulo propomos uma quarta abordagem, isto é, uma estratégia diferencial que permita ter em conta, simultaneamente, as vantagens e as limitações (no sentido

de as ultrapassar) de cada uma das perspectivas referidas. Esta abordagem apoia-se no carácter heterogéneo do comportamento delincente e procura integrar diversas abordagens teóricas, empíricas e classificatórias.

Num primeiro ponto, serão descritas três trajectórias principais de conduta delincente: as trajectórias de delinquência comum, transitória e persistente. Num segundo ponto, proporemos três estratégias baseadas em diversos programas que visam prevenir que as crianças/adolescentes enveredem por essas diversas trajectórias de comportamento delincente; tais programas deveriam incidir sobre a motivação que as/os leva a cometer (os) delitos e sobre as ocasiões de os cometer. Além disso, estas estratégias baseiam-se numa concepção integrativa das causas da conduta delincente considerando, também, as características dos adolescentes que enveredam por cada uma dessas três trajectórias. Esta correspondência, entre um tipo de trajectória delincente e uma estratégia preventiva particular, permitirá situar os diversos programas de prevenção, uns em relação aos outros. Esta estratégia é, aliás, considerada como a mais eficaz para a intervenção clínica junto dos delinquentes (Andrews et al., 1990; Gold e Osgood, 1992; Le Blanc et al., 1998; Palmer, 1992, 1994).

2. AS TRAJECTÓRIAS DA CONDUCTA DELINQUENTE

Neste capítulo, o termo "conduta delincente" designa o acto de cometer infracções, em referência ao Código Criminal, i.e., violação da lei, por pessoas com idades dos 12 aos 18 anos². A grande maioria das investigações e teorias considera o comportamento delincente como um fenómeno homogéneo. Um exemplo bem conhecido desta posição é a teoria geral do crime, de Gottfredson e Hirschi (1990) e as numerosas validações empíricas (pôr à prova) da teoria dos vínculos sociais (Kempf, 1993). A variável/ critério a que se referem os teóricos, e que os investigadores utilizam, é composta por um conjunto particular de actos-crime que aparecem em registos oficiais ou que são revelados pelo próprio sujeito durante um determinado período de tempo, isto é, a participação actual ou

² Considerando o contexto de referência, neste caso, o canadiano.

cumulativa em actividades delinquentes ou a variedade dos crimes cometidos. O paradigma da carreira delincente vai além desta definição; coloca a tónica na continuidade da conduta delincente, ao longo da vida, que é assim definida como uma sequência longitudinal de delitos (Blumstein et al., 1986). No entanto, este paradigma não considera as formas ou expressões que a conduta delincente pode adoptar.

Cullen (1985) propôs que a conduta delincente seja considerada como um fenómeno heterogéneo e que as teorias e as investigações procurem estabelecer as condições que originam ou suscitam as formas específicas que tal conduta adopta. Para fundamentar a sua posição, o autor defende que existe uma relação indeterminada entre as circunstâncias propícias à participação em actos delinquentes e cada um dos comportamentos particulares de delinquência, que são dependentes das ocasiões que ao sujeito se apresentam. Desde os trabalhos de Mayhew e Binney (1962), que fizeram a distinção entre os delinquentes profissionais e os acidentais, muitos criminologistas seguiram esta via (por exemplo, Clinard e Quinney, 1967; Gibbons, 1965; Hagan, 1986). Outros autores categorizam os criminosos utilizando variáveis comportamentais, sociais e psicológicas (para uma revisão dos tipos de delinquentes confira, por exemplo, Andrews e Bonta, 1998; Blackburn, 1993; Fréchette e Le Blanc, 1987). Porém, existem poucas tipologias desenvolvimentais que descrevem sequências longitudinais da conduta delincente. Nesta perspectiva, o estudo da carreira criminal, de Wolfgang, Figlio e Sellin (1972), estabeleceu uma nítida distinção entre a conduta delincente ocasional e a que se torna crónica. Esta última trajectória abrange, apenas, 6% dos membros de uma coorte de nascimentos, em Filadélfia, ou 18% dos adolescentes que foram alvo de processo judicial; de notar que estes indivíduos tinham cometido 52% de todos os delitos oficiais. Estas percentagens foram confirmadas, várias vezes, em diferentes países ocidentais (Le Blanc e Fréchette, 1989).

Em 1980, Fréchette e Le Blanc elaboraram uma tipologia desenvolvimental da actividade criminosa dos adolescentes. Esta tipologia empírica foi construída com base em dois conjuntos de dados e utilizando a frequência, a variedade e a gravidade de 28 delitos auto-revelados. Uma versão revista foi proposta por Le Blanc e Fréchette (1989) e está ilustrada na figura 1. Antes do fim da adolescência,

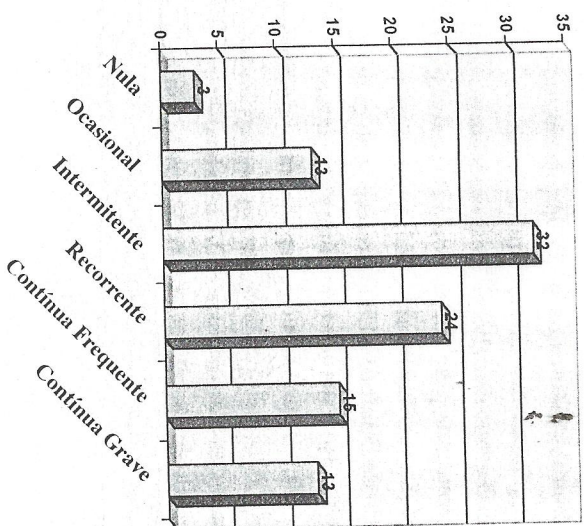


Figura 1: Trajectórias da conduta delincente numa amostra representativa da população (percentagens obtidas) (versão revista da tipologia de desenvolvimento da actividade criminal dos adolescentes, Le Blanc e Fréchette, 1989)

somente 3% de uma amostra representativa de adolescentes refere não ter cometido delito algum. A conduta delincente transitória é referida por 69% dos sujeitos da amostra, com 13% desses delinquentes a revelar ter cometido menos de três delitos (conduta delincente ocasional), tais como actos de vandalismo, roubos menores ou danos, durante um período de tempo definido, até final da adolescência. Ainda neste grupo dos delinquentes, de delinquência transitória, 32% dos adolescentes declaram ter cometido delitos de modo intermitente, i.e., alguns delitos, geralmente menores, em diferentes períodos da adolescência. Neste grupo há, também, 24% de adolescentes que admitem ter cometido menos de 20 delitos menores, durante toda a sua adolescência (conduta delincente recorrente). A conduta delincente persistente é referida por 28% da amostra representativa de adolescentes; este grupo é composto por 15% dos indivíduos que apresentam uma delinquência frequente e contínua e por 13% dos adolescentes que reportam uma delinquência frequente, contínua e grave.

Dunford e Elliott (1984) também conceberam uma tipologia da conduta delincente, com base numa amostra nacional de adolescentes norte-americanos. Os resultados obtidos são muito similares aos de Fréchette e Le Blanc (1987): ou seja, aqueles autores identificam não-delinquentes, que representam 49% da

amostra considerada - são os sujeitos abstinentes ou de delinquência nula, os delinquentes ocasionais e os delinquentes intermitentes, que representam 48% na amostra de Fréchette e Le Blanc. O grupo de delinquentes persistentes representa 51% da amostra americana, com uma percentagem de 52% para o grupo correspondente da amostra de Fréchette e Le Blanc. Finalmente, o grupo de delinquentes de transição, no estudo de Dunford e Elliott, refere-se ao grupo de adolescentes com uma actividade delinqua média e corresponde a 41% da amostra.

Estas duas tipologias empíricas, das principais trajetórias da conduta delincente, não utilizam alguns dos parâmetros habituais da carreira delictos cometidos. Quando tais parâmetros são considerados, além dos da frequência e da gravidade (delitos violentos/ graves), numa amostra de pupilos sob tutela do tribunal de menores, colocados em regime de prova ou em internato, verifica-se que esses adolescentes apresentam três perfis principais (Le Blanc e Fréchette, 1989). Na figura 2 apresentamos essas diversas trajetórias de comportamento delincente.

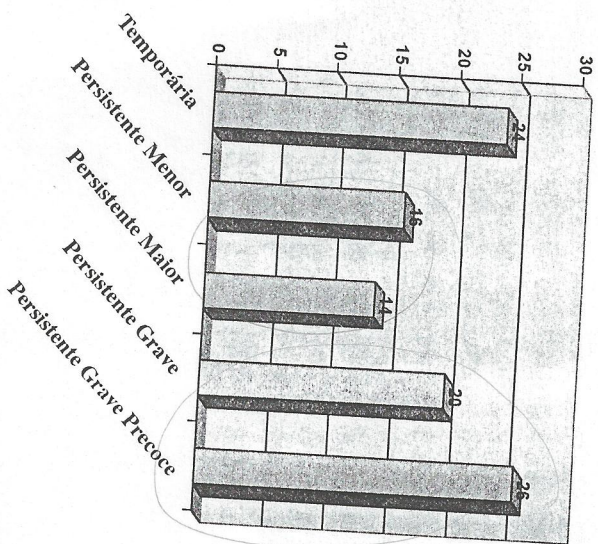


Figura 2. Trajetórias da conduta delincente numa amostra de adolescentes, alvo de processo judicial (percentagens obtidas)

Trajetórias de Delinquência Comum, Transitória e Persistentes

O primeiro grupo representa 46% da amostra, no final da adolescência: são designados delinquentes persistentes graves (grupos persistente grave persistente grave precoce). A sua carreira delincente caracteriza-se por uma elevada frequência de delitos (85 ou mais delitos revelados, autoria de crime violentos e uma escalada de delitos menores para delitos mais graves contra a pessoas. Para 26% de entre eles, a carreira criminal tem início na infância (comportamento delincente persistente grave precoce).

começa no início da adolescência (delinquência persistente grave). Finalmente por volta dos 20 anos, estes indivíduos já terão cometido um número médio de 12 delitos oficiais e 3 crimes graves. Este grupo corresponde, provavelmente, ao 18% de delinquentes já detidos, referidos por Wolfgang et al. (1972) e aos 6% que Dunford e Elliott (1984) qualificam de transgressores de carreira. O segundo grupo compreende 30% dos adolescentes remetidos para processo judicial; trata-se de delinquentes persistentes de nível intermédio. A sua carreira delincente caracteriza-se por menos de 85 delitos revelados/ conhecidos; tende a iniciar-se durante a adolescência e apresenta uma escalada de delitos menores para delitos graves contra a propriedade. Todavia, 14% de entre eles cometem, ocasionalmente um crime contra pessoas (delinquência persistente maior/ considerável), enquanto que 16% não o fazem (delinquência persistente menor). A maioria destes delinquentes (87%) serão acusados de pelo menos um crime, por volta dos 20 anos. O terceiro grupo representa 24% da amostra; trata-se do grupo de delinquentes de transição (delinquência temporária). A sua carreira começa geralmente, durante a adolescência, a frequência de delitos é baixa e a escalada faz-se, sobretudo, do vandalismo para os assaltos a estabelecimentos ou lojas e o assalto com arrombamento. Por volta dos 20 anos, a maioria abandona esta conduta delincente e no caso de reincidência o que se verifica são, sobretudo, crimes sem vítimas directas, tais como a condução sob estado de embriaguez, as perturbações da ordem pública, desacatos em público, etc. Lantôt e Le Blanc (1999) encontraram trajetórias semelhantes em adolescentes julgados em tribunal.

Em resumo, é possível estimar que, na população de adolescentes, há apenas 5% de abstinentes, em comparação com cerca de 95% dos sujeitos que apresentam uma sequência longitudinal de delitos. Esta carreira criminal é heterogênea, já que cerca de 45% desses sujeitos enveredam por uma delinquência ocasional ou

intermittente, que (aqui) designamos por conduta delinquente comum (Fréchette e Le Blanc, 1987; Le Blanc e Fréchette, 1989). Outros 45% limitam-se a uma actividade delictuosa de gravidade média limitada à adolescência, que designamos por conduta delinquente de transição. Finalmente, cerca de 5% dos adolescentes são delinquentes crónicos ou persistentes.

As revisões de Moffitt (1993, 1997) e de Patterson e Yoerger (1993, 1997) descrevem, especificamente, as condutas de delinquência de transição e persistente. A trajectória persistente caracterizaria os indivíduos que enveredaram por actividades delinquentes desde uma idade precoce. Estes indivíduos teriam, desde a infância, graves problemas de adaptação pessoal e social. Tais dificuldades estariam presentes em crianças com temperamento difícil (ou, ainda, com perturbações de ordem neurológica) e cujo meio familiar seria inadequado. A presença destas dificuldades faria com que, em cada etapa de desenvolvimento, estes indivíduos falhassem as oportunidades de viver experiências pro-sociais ou, então, vivê-las-lham dificilmente, o que dificultaria consideravelmente a aquisição e a interiorização das alternativas pro-sociais. A segunda trajectória engloba os indivíduos que têm uma entrada tardia na cena da delinquência e cujas actividades delinquentes se manifestariam, apenas, no período da adolescência. Tais actividades seriam explicadas, preferencialmente, por circunstâncias sociais ou por acontecimentos de vida, mais do que pela presença de défices pessoais e/ou sociais importantes. Os indivíduos que se caracterizam por uma conduta delinquente de transição podem envolver-se nessas actividades sem que, por isso, o seu funcionamento social seja consideravelmente perturbado. Note-se que estas meta- trajectórias apenas foram confirmadas empiricamente em amostras de sujeitos masculinos (Moffitt et al., 1996; Nagin, Farrington e Moffitt, 1995).

Neste capítulo consideraremos, então, que a população de adolescentes é composta, aproximadamente, por 5% de sujeitos abstinentes (delinquência nula), 45% de delinquentes comuns, 45% de delinquentes de transição e 5% de delinquentes persistentes. A seguir, apresentaremos as características destas diferentes trajectórias de conduta delinquente e proporemos os correspondentes programas de prevenção. Em trabalho anterior, Le Blanc (1994a) apresentou já, uma estratégia mais global que tinha em conta os factores de risco e os programas

de prevenção em função da sociedade, da comunidade, da escola, da família e dos indivíduos.

3. A DELINQUÊNCIA COMUM

A trajectória da conduta delinquente comum implica uma actividade delictuosa ocasional, que se insere numa vida de respeito das regras sociais e da lei. Esta conduta ocasional manifesta-se, geralmente, no período da adolescência (meio da adolescência) e caracteriza-se por actos de vandalismo, roubo de lojas e/ou por actos de desordem/ desacato em público. Elliott, Dunford e Huizinga (1987) estimam que a frequência dessas actividades seria de um acto de vandalismo por ano, briga de três em três anos e um furto todos os dez anos. Le Blanc e Fréchette (1989) contabilizam, para todo o período da adolescência, entre uma a duas infracções e entre dois a cinco actos de rebeldia, em contexto escolar ou familiar, ou de consumo de drogas. Estes delinquentes ocasionais cometeriam 9% do total de actos de delinquência que os adolescentes reportam (Elliott et al., 1972). constituiriam 16% dos delinquentes detidos pela polícia (Wolfgang et al., 1972). Esta trajectória de comportamento de delinquência está presente em todas as classes sociais, tanto em rapazes como em raparigas (Fréchette e Le Blanc, 1987; Blumstein et al., 1986; Elliott, Huizinga e Menard, 1989). Segundo Fréchette e Le Blanc (1987; cf. também Le Blanc e Fréchette, 1989), as infracções cometidas pelos delinquentes comuns são de natureza hedonista, i.e., os adolescentes agem com vários cúmplices e procuram, sobretudo, o prazer e a excitação. Com efeito, os delitos não são cometidos por razões utilitárias, não implicam a utilização de instrumentos, não implicam a planificação ou existência de motivos, tais como a vingança ou a aquisição de bens materiais. Segundo a terminologia de Richards, Berk e Forster (1979), a conduta delinquente comum é «uma espécie de jogo» para o adolescente, uma actividade recreativa, entre outras, que ocupa os seus tempos livres.

3.1. As causas da conduta delinquente comum

Os estudos comparativos de categorias de delinquentes e as revisões da

literatura (cf. Le Blanc, 1993, 1997) estabelecem que as causas do comportamento delinquentes comum não podem ser encontradas nos adolescentes. Elliott et al. (1987) e Fréchette e Le Blanc (1987) compararam os adolescentes que atrás designámos delinquentes comuns, de transição e persistentes e mostraram que as causas psicológicas e sociais habituais da conduta delinquentes não estão presentes nos delinquentes comuns. Estes adolescentes estão vinculados aos progenitores, investem em actividades convencionais, empenham-se em actividades escolares, não se relacionam com colegas delinquentes, acreditam nos valores e nas normas sociais convencionais e, por fim, apresentam resultados dentro da norma (médios) em diversas medidas da personalidade, o que indica que têm um controlo de si adequado. Consequentemente, a prevenção do comportamento delinquentes comum não deve incidir sobre uma causa individual particular da conduta delinquentes. Deveremos, antes, considerar as causas que sobressaem do padrão de actividades de rotina dos adolescentes ou outras causas ligadas ao funcionamento da sociedade.

A organização das actividades de rotina remete para o estilo de vida dos adolescentes (Hindelang, Gottfredson e Garofalo, 1978) ou para as actividades quotidianas levadas a cabo longe da sua família (Felson e Gottfredson, 1984; Cohen e Felson, 1979). Segundo a teoria das actividades de rotina, estas podem colocar o indivíduo em contacto com várias ocasiões ou situações que possibilitam cometer um delito e, muito particularmente, colocar o indivíduo em contacto com situações pouco vigiadas. Segundo esta perspectiva, existem cinco tipos de actividades potencialmente importantes: as que giram em torno da família, do grupo de colegas, do tempo livre/lazer, da escola ou do trabalho e de tempos desocupados. As actividades deste género são importantes porque, segundo os resultados de Hirschi (1969) e de Fréchette e Le Blanc (1987), as actividades escolares inibem as actividades delinquentes, enquanto que o ócio, o trabalho simultâneo com a frequência escolar e as actividades realizadas nos tempos livres se correlacionam positivamente com a conduta de delinquência. Os outros dois tipos de investimento (as actividades com os progenitores e com os colegas) são um factor de protecção, contra o envolvimento em crime, na medida em que aqueles sejam indivíduos convencionais ou bem adaptados.

Além disso, vários autores, nomeadamente Felson (1998), consideram três

mudanças importantes que se produziram ao longo das últimas décadas, nas actividades de rotina dos adolescentes, e que encorajaram o cometimento de actos delinquentes. Em primeiro lugar, temos a designada situação de "casa vazia", que resulta de um acréscimo da participação da mulher no mundo do trabalho e do aumento da duração quotidiana de deslocações (transportes), entre a residência e o local de trabalho dos pais. Daqui resulta que os adolescentes escapam, várias horas por dia, à vigilância dos pais. Em segundo lugar, dado que os adolescentes têm acesso, cada vez mais frequentemente, a veículos motorizados, acabam por se afastar, mais facilmente, do local onde residem, não ficando, assim, sujeitos à supervisão e controlo dos progenitores e da comunidade circundante, podendo ter, então, mais ocasiões de se envolver em transgressões. Em terceiro lugar, os adolescentes, actualmente, são mais independentes dos pais. Efectivamente, vários estudos têm demonstrado que os adolescentes participam menos nas tarefas e na vida da família e que os progenitores também se envolvem em menos actividades conjuntas com os filhos. Estas mudanças nas actividades de rotina dos adolescentes originariam mais oportunidades de ócio, fora do seu meio de residência, e criariam mais oportunidades de actos delinquentes, que escapam à vigilância de adultos. Os estudos longitudinais mostram, igualmente, que a participação em actividades de natureza criminal pode ser predita a partir da não participação do pai nas actividades do filho (Farrington e Hawkins, 1991). Além disso, a supervisão familiar das actividades e (do grupo) de amigos, bem como o investimento de tempo, por parte dos pais, com o adolescente, são importantes preditores da participação em comportamentos delinquentes, em geral (cf. a revisão de Loeber e Stouthamer-Loeber, 1987, e o modelo de regulação familiar de Le Blanc, 1992a). Consequentemente, os padrões de actividades de rotina dos adolescentes podem estimular a conduta delinquentes ocasional, o que torna esses padrões ou essas actividades um alvo preferencial para a prevenção da delinquência comum.

A nossa teoria do controlo do crime (Le Blanc, 1997) propõe um outro factor que pode favorecer o crime: as ocasiões (ver figura 3).

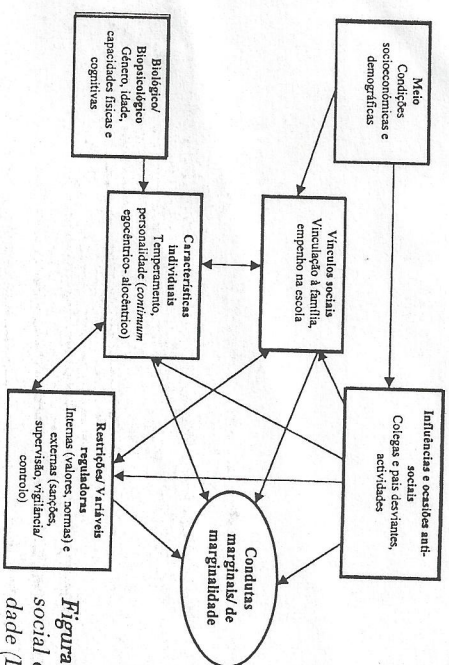


Figura 3: Modelo da regulação social e pessoal da marginalidade (Le Blanc, 1997)

Em criminologia, a escola de Chicago considera que, nas comunidades onde a criminalidade é elevada, há várias oportunidades de actos criminosos. Felson (1998) afirma que os adolescentes que vagueiam em grupo, particularmente de carro, e que não são supervisionados pelos adultos, têm mais oportunidades de cometer crimes. A teoria das actividades de rotina, de Cohen e Felson (1979), utiliza o construto de disponibilidade ou existência de um alvo para representar as possibilidades de cometer um delito. O indivíduo faz, então, uma escolha racional, relativamente à disponibilidade do alvo: avalia o grau de esforço a investir, a importância e o carácter imediato da recompensa, as hipóteses e a gravidade de (uma possível) punição e, por fim, segundo Clarke e Cornish (1985), avalia os custos morais associados ao cometimento do crime. Pensamos que os adolescentes que não são supervisionados nem controlados e que vagueiam, em grupo, à procura de prazer e de excitação, encontram mais facilmente ocasiões de crime; assim, a probabilidade de cometer um delito será mais elevada, sobretudo se os alvos não são adequadamente vigiados ou protegidos.

Em resumo, as principais causas da conduta delinquente com um remetem para as características da situação, as actividades de rotina, as ocasiões e a protecção ou vigilância. Tais causas não são, portanto, relativas a variáveis ou características pessoais dos delinquentes comuns, nem da sua comunidade circundante. Vejamos, agora, que programas de prevenção poderão ser mais adequados nestas circunstâncias.

3.2. A prevenção da conduta de delinquência comum

Considerando as características da conduta delinquente comum, os traços característicos desse tipo de delinquentes e os factores que favorecem tal comportamento, a estratégia de prevenção poderia assentar em dois pilares. O primeiro diria respeito às actividades de rotina dos adolescentes, enquanto o segundo remeteria para as condições que facilitam o cometimento de delitos, particularmente a ocasião e a ausência de vigilância. Estes dois alvos dos programas de prevenção da delinquência comum podem incidir, preferencialmente, sobre os adolescentes, mas, de facto, não são apenas pertinentes para eles. A redução da taxa de delinquência comum numa determinada comunidade não pode visar unicamente os adolescentes, uma vez que os adultos são também responsáveis por vários actos de vandalismo, de pequenos furtos e de brigas, sendo até, muitas vezes, difícil determinar quais os que não são e quais os que são cometidos pelos adolescentes.

Ao considerarmos as ocasiões de transgressão, estamos a remeter para a designada prevenção situacional (Clarke e Mayhew, 1980). Trata-se, aqui, de eliminar ou de dificultar o acesso aos alvos dos actos de vandalismo e de roubo de lojas. Trata-se de aumentar a vigilância em determinados locais, de educar a população, em particular os comerciantes, no sentido de se protegerem melhor e desenvolver, nas pessoas, a certeza de que as leis são aplicadas (Rosenbaum, 1986). A escola é um local privilegiado para se aprender a respeitar os bens e as pessoas. São bem conhecidos os programas televisivos de educação, os que podemos encontrar nos transportes (públicos), nas escolas, sobre as doenças transmissíveis sexualmente, o consumo de álcool, de tabaco, de drogas, o vandalismo e/ou o respeito pelas pessoas e bens. Os programas de prevenção situacional são sempre de natureza universal; aplicam-se a uma comunidade inteira ou a todos os indivíduos que frequentam uma determinada instituição escolar ou outras organizações que oferecem, por exemplo, actividades recreativas ou desportivas.

Corroborando Felson (1998), constatamos que as mudanças nas actividades de rotina dos adolescentes são, em parte, responsáveis pela conduta de delinquência comum; tais mudanças foram bem explicadas pelo autor referido.

No entanto, a relação entre essas actividades e as taxas de delinquência comum não foi ainda suficientemente demonstrada a nível empírico. Não obstante esta dificuldade, os dados existentes indicam que a supervisão parental das actividades e do grupo de amigos, bem como o envolvimento em actividades comuns (entre pais e filhos) e a quantidade de actividades não convencionais (v.g., o ócio ou o trabalho em simultâneo com os estudos), são factores explicativos da conduta de delinquência comum. Consequentemente, dois alvos preferenciais para a prevenção de tal conduta são: o fenómeno de "casa vazia" (que remete para a questão da supervisão e para o envolvimento dos pais) e a independência dos adolescentes (que remete para a questão da vagabundagem em grupo).

Cada vez mais, um maior número de adolescentes e de pais vê-se confrontado com um problema novo, a saber, a ocupação do tempo livre entre o termo das aulas e a chegada dos pais, a casa, depois do trabalho. A televisão, os vídeos ou a supervisão por telefone podem ser utilizados pelos pais como estratégias de controlo. Felson (1998) menciona um programa apropriado que é oferecido em várias comunidades: o programa «Swedish Frits», em que a comunidade oferece actividades (gratuitas) aos adolescentes, após a escola. Este programa está disponível noutros países mas, tanto quanto é de nosso conhecimento, não foi objecto de avaliação rigorosa alguma.

Alguns destes programas são aplicados em meios de baixo nível socioeconómico e incluem, por exemplo, a supervisão de trabalhos para casa, realizada por professores reformados/ aposentados, por estagiários (futuros professores) ou por outros adultos. O principal problema deste género de programas é que os adolescentes os evitam. Em sua substituição poderíamos, por exemplo, recorrer a programas de passatempos. Além disso, a implantação de clubes de adolescentes, que estes pudessem frequentar gratuitamente, após o horário escolar, mas com a obrigação de praticar uma dada actividade (jogos de vídeo, bilhar, ver filmes, desporto, actividades artísticas, etc.), também constitui uma alternativa possível a considerar. No entanto, depois da publicação da obra de Beck e Beck (1967), sobre a conduta delinquente e os lazes, este tema já não é considerado pela maioria dos manuais recentes (cf., por exemplo, Bartol e Bartol, 1989; Henggeler, 1989). Em contrapartida, não podemos afirmar que os estudos demonstraram, de forma conclusiva, que os passatempos representam uma forma

de prevenção da conduta delinquente, da mesma forma que não podemos afirmar que não têm qualquer valor. O estudo experimental e as avaliações rigorosas de tais programas estão, ainda, por efectuar.

Dadas as condições próprias da vida moderna, os pais necessitam de, com frequência, estar longe de casa, por longos períodos de tempo. Dada a qualidade dos transportes públicos e a acessibilidade a automóveis, na América do Norte, particularmente, os adolescentes ficam, mais frequentemente, sem supervisão, longe dos pais ou de outros adultos. Em nossa opinião, não existe nenhum programa de prevenção que permita (re)estabelecer a qualidade e a quantidade de supervisão parental, junto dos adolescentes. Segundo os defensores das teorias da regulação social, Hirschi (1969), por exemplo, a supervisão está no espírito das pessoas e instala-se indirectamente por influência do processo de socialização. Aliás, no plano empírico, a importância da supervisão parental (das actividades e do grupo de amigos dos adolescentes), bem como a participação dos pais em actividades comuns (juntamente com as suas crianças/ filhos), está bem documentada. Trata-se de um factor causal de risco, segundo a definição de Kraemer et al. (1997), que é também (considerado) um factor próximo, em certos modelos da regulação familiar (Le Blanc, 1992a). Perante tais factores, convém reflectir em termos de prevenção global. Considerada, também, a importância das campanhas mediáticas (em jornais, televisão, rádio, etc.) para tentar modificar as atitudes, os valores ou, mesmo, os estilos de vida, é um meio a privilegiar. Certos programas de televisão têm esse objectivo. Este tipo de campanha deveria permitir a sensibilização de pais para a necessidade de supervisionar os adolescentes e de desenvolver actividades conjuntamente com eles. Deveria, além disso, propor meios concretos de o fazer. Em certas comunidades, existem grupos de discussão sobre a adolescência, destinados a pais. Este tipo de grupo de suporte poderia abordar certos temas, como a vida em comum com os adolescentes ou particularmente, a supervisão e o envolvimento parental.

No que diz respeito aos tempos livres dos adolescentes, uma campanha mediática também poderia ser indicada, por exemplo, tendo como porta-voze personalidades que os adolescentes apreciem (v.g., cantores, vedetas do desporto, etc.), que poderiam encorajá-los a fazer música ou a praticar desportos. No caso de programas de prevenção da vagabundagem em grupo, os clubes de adolescente

e as casas de jovens são estratégias bem conhecidas. Será que estes programas se adaptam à situação actual? Estarão suficientemente generalizados? Talvez se justifique que se complementem com acções de desmantelamento de mercados de crime, que tornam possível o acesso a drogas e a materiais furtados, por parte dos adolescentes, sobretudo nas escolas secundárias. Além disso, dado que vários estudos demonstram que as equipas de rua têm mais um efeito de solidificar a estrutura dos *gangs*, do que um efeito de (re)socializar os membros desses bandos de delinquentes, convém, então, propôr, preferencialmente, programas de supressão de *gangs* nos bairros onde esses sejam, particularmente, numerosos (Howell, 1998; Spergel, 1990).

4. A CONDUTA PERSISTENTE

No pólo oposto da conduta de delinquência comum, situa-se a trajectória de delinquência persistente. Segundo dados longitudinais, o comportamento delincente crónico possui sete características comportamentais (Le Blanc e Fréchette, 1989).

1. É (de início) precoce; começa entre os 8 e os 10 anos ou no início da adolescência, i.e., entre os 12 e os 14 anos.
2. Trata-se de uma actividade frequente no decurso da adolescência manifestando-se através de várias dezenas de infracções, vários crimes por ano acumularam, em média, 85 acusações por transgressão do Código Criminal (Le Blanc e Fréchette, 1989).
3. Trata-se de uma actividade estável, na vida dos indivíduos; mantêm-se por mais de 10 anos, no caso da conduta delincente oficial, e por mais de 12 anos, para a conduta delincente (auto)revelada.
4. É uma actividade diversificada (versatilidade); os delinquentes persistentes praticaram, pelo menos, cinco das catorze categorias de infracções, sobre as quais foram interrogados.
5. Entre as actividades delinquentes destes sujeitos existe, pelo menos, um delito contra pessoa, mas esses indivíduos, geralmente, reportam mais de quatro delitos graves, tais como assaltos, furtos com recurso a violência, lutar com os outros, etc.

6. Com o tempo, os delinquentes crónicos cometem infracções cada vez mais graves; começam a sua carreira com actos de vandalismo e pequenos furtos e evoluem para roubos com arrombamento, roubos de veículos motorizados e agressões.

7. Finalmente, a prática de delitos, por este tipo de delinquentes, é suscitada por motivações utilitárias ou por uma mistura de motivações utilitárias e hedonistas (Le Blanc e Fréchette, 1989), sendo que, com o tempo, as motivações utilitárias se tornam predominantes. Contrariamente aos outros tipos de delinquentes, os seus delitos são, com maior frequência, planeados, utilizam mais frequentemente instrumentos e intimidam as vítimas.

Como vimos, anteriormente, os delinquentes crónicos representam cerca de 5% da população de adolescentes e 45% dos pupilos julgados em tribunal (jovens sob tutela do tribunal de menores, colocados em regime de prova) ou em internato. No entanto, podem ser subdivididos em dois grupos: os delinquentes persistentes que se limitam a crimes contra a propriedade e que cometem, ocasionalmente, crimes contra a pessoa; e os delinquentes persistentes implicados em numerosos crimes contra a propriedade e contra a pessoa. Neste capítulo não faremos distinção entre estes dois grupos, apesar de termos presente que estes tipos de delinquentes apresentam perfis pessoais diferenciados, tanto no plano psicológico como no plano social (Fréchette e Le Blanc, 1987). Além disso, na literatura da especialidade, os investigadores não consideram desta distinção. (Blumstein et al., 1986; Elliott et al., 1987; Moffitt, 1993, 1997; Farrington e West, 1993).

4.1. As causas da conduta delincente persistente

Foram elaborados vários estudos com a finalidade de descobrir os factores explicativos da conduta delincente persistente. Tais estudos são referentes a cinco linhas de abordagem. Em primeiro lugar, temos os estudos longitudinais, que distinguem vários tipos de delinquentes. Nesses estudos comparativos, os delinquentes crónicos constituem um grupo particular (Fréchette e Le Blanc, 1987; Elliott et al., 1987). Em segundo lugar, existem estudos que descrevem os delinquentes persistentes e os comparam com as outras categorias de delinquentes

(Blumstein, Farrington e Moitra, 1985; Farrington e West, 1993). Em terceiro lugar, outros trabalhos tentam colocar em evidência os mecanismos causais, que explicam esta forma de comportamento delincente, particularmente os que originam e permitem identificar a conduta delincente precoce em oposição à tardia (Moffitt et al., 1996; Patterson, Capaldi e Bank, 1991; Patterson, Reid e Dishion, 1992; Simons et al., 1994). Em quarto lugar, temos as revisões que clarificam os factores que podem explicar os processos de activação e de agravamento da conduta delincente (Le Blanc e Loeber, 1998; Loeber e Le Blanc, 1990). Por último, em quinto lugar, Moffitt (1993, 1997; Caspi e Moffitt, 1995) elabora um quadro teórico para os sujeitos que apresentam comportamentos anti-sociais persistentes.

Os estudos de Fréchette e Le Blanc (1987) bem como os de Elliott et al. (1987) mostram que os vários tipos de delinquentes podem ser colocados num *continuum* de dificuldades de adaptação social e pessoal. Numa das extremidades, encontraríamos os não-delinquentes e, na outra, os delinquentes crónicos ou persistentes. Além disso, os autores realçam as características psicológicas e sociais que permitem distinguir as diferentes categorias de delinquentes e respectivas tipologias. Assim, os delinquentes crónicos caracterizam-se por um relacionamento com colegas delinquentes; são estigmatizados na família e na escola; não aderem às normas convencionais e são favoráveis ao desvio (da norma); a escola não é, para eles, um meio de promoção social; a disciplina familiar é deficitária. Segundo Fréchette e Le Blanc (1987), ainda que os delinquentes persistentes rejeitem a escola e que a disciplina parental seja deficitária, as características mais distintivas, deste tipo de delinquentes, são de natureza psicológica. Com efeito, sentem-se alienados; identificam-se com figuras desviantes e criminosas; são hostis, insensíveis; têm um autoconceito negativo e procuram ou buscam o prazer imediato e a excitação. Em suma, os estudos comparativos salientam que os delinquentes persistentes estão afastados da vida social convencional e que possuem graves défices cognitivos, afectivos e relacionais, no seu funcionamento psicológico. Estes últimos défices perduram ou mantêm-se até aos 40 anos (Le Blanc e Morizot, 2000).

Por seu lado, o estudo de Cambridge (ver, entre outros, Farrington e West, 1993) permite descrever as características distintivas dos delinquentes crónicos,

em diferentes idades. Aos 8 anos, são crianças turbulentas (hiperactivas, impulsivas) e desafiadoras/ que desafiam a autoridade; têm dificuldades de concentração; com maior frequência, pertencem a uma fratria delincente; os pais já foram condenados e têm poucas competências para a educação dos filhos; obtêm resultados escolares fracos; provêm de famílias com poucos recursos económicos. Aos 12 anos, são descritos como mentirosos, turbulentos e provocadores; a fuga à escola e o absentismo são frequentes; obtêm resultados elevados nos questionários de delinquência autorevelada; e têm um grande número de amigos delinquentes. No final da adolescência, não terminam os estudos secundários e, por volta dos 30 anos, os seus percursos de vida são menos bem sucedidos. Na vida adulta, os indivíduos deste grupo apresentam grande instabilidade no emprego; são, mais frequentemente, violentos para com o cônjuge e envolvem-se em brigas. Além disso, é comum entre eles o abuso de álcool e o consumo de diversas drogas. Segundo os dados do estudo de Cambridge, uma carreira de delinquência persistente, comparativamente a outros tipos de carreira delincente, pode ser predita a partir de diversas variáveis, tais como (por ordem de importância preditiva): ser turbulento (hiperactividade, impulsividade), pertencer a uma fratria delincente, pertencer a uma família católica, ter dificuldades de concentração, não se interessar pela escola, gostar de tomar riscos e pertencer a uma classe social desfavorecida (ver, também, Blumstein et al., 1985).

Estas pesquisas apresentam os traços típicos dos delinquentes persistentes, mas não nos ajudam a compreender o mecanismo causal subjacente ao desenvolvimento desse tipo de carreira criminal, nem à cristalização de um disfuncionamento pessoal e social desta ordem. No que diz respeito a tal mecanismo, existem duas teorias explicativas opostas. De um lado, Gottfredson e Hirschi (1990) defendem que as fracas competências educativas (dos pais e do indivíduo) favorecem o aparecimento de características anti-sociais que, por sua vez, levam ao envolvimento em actividades criminais. De outro lado, Elliott, Huizinga e Ageton (1985) postulam que as fracas competências parentais conduzem, antes à associação com colegas desviantes e que é esta associação que encoraja a conduta delincente. Os estudos empíricos confirmam um entrecruzamento destas duas posições (Patterson et al., 1991, 1992; Simons et al., 1994). Para os indivíduos que iniciam a carreira delincente mais tardiamente (i.e., depois dos 14 anos), o

défices de aptidões educativas (dos pais) permitem predizer a ligação a colegas desviantes o que, por sua vez, aumenta a conduta de delinquência. Para os que iniciam a carreira precocemente, o modelo é diferente. Os défices de competências parentais permitem predizer os distúrbios de oposição e desafio; este género de comportamentos, por sua vez, leva à associação com colegas anti-sociais. A conduta delinquente completa esta sequência. Moffitt (1993, 1997) propõe, para a carreira delinquente crónica, a seguinte sequência de factores explicativos distantes (i.e., que precedem o mecanismo causal, que engloba as competências parentais e os colegas desviantes): défices neuropsicológicos favorecem o aparecimento de um temperamento difícil; este, por sua vez, torna as interações pais-criança irregulares e, em consequência, as crianças manifestam, desde cedo, perturbações de comportamento; subsequentemente, a estabilidade das perturbações do comportamento e do défice das competências educativas dos pais permite o reforço dessas características pessoais e impede que a criança beneficie das ocasiões de maturação pró-social que a escola oferece e, por sua vez, favorecem a associação com colegas desviantes, tendo como resultado final a persistência da conduta delinquente. A existência dos elos desta cadeia tem sido confirmada em diversos estudos (Moffitt et al., 1996; Nagin et al., 1995; Simons et al., 1994).

As revisões da literatura que elaboramos (Le Blanc e Loeber, 1998; Loeber e Le Blanc, 1990; Le Blanc, 1999) permitiram compreender melhor o fenómeno da conduta delinquente persistente, ao identificarem determinados factores predictivos de dois dos principais processos do seu desenvolvimento: a activação e o agravamento. Por exemplo, a instabilidade conjugal ou a doença dos pais, durante os anos do período pré-escolar (dos filhos), por um lado, e o síndrome de hiperactividade, impulsividade, défice de atenção, por outro, são factores preditores da activação. Mais tarde, no período da escolaridade primária, os distúrbios de comportamento, os problemas de disciplina escolar e as disfunções familiares são, também, factores predictivos da activação. Posteriormente, os colegas desviantes e a integração num bando delinquente, juntamente com o insucesso escolar e a ausência de uma figura paterna de referência, serão os factores que estarão na base do agravamento da conduta delinquente. Esta via de investigação está, ainda, pouco desenvolvida, para que possamos retirar conclusões sólidas. A pesquisa deve, porém, prosseguir nesta direcção.

Trajectórias de Delinquência Comum, Transitoria e Persistente

Antes de identificarmos os alvos da prevenção da delinquência persistente, iremos integrar, previamente, os diversos resultados, no quadro teórico da estratégia preventiva que propomos (Le Blanc, 1993, 1994b, 1997). Segundo esse quadro teórico de referência, a conformidade com os padrões convencionais de comportamento desenvolve-se e mantém-se se, por um lado, o indivíduo apresentar um nível adequado de alocentrismo e se os seus vínculos à sociedade forem fortes e se, por outro lado, as restrições forem adequadas e se estiverem disponíveis modelos de comportamentos pró-sociais. Este modelo de regulação pessoal e social da conformidade depende das capacidades biopsicológicas da pessoa e da sua posição na estrutura social.

O posicionamento do indivíduo na estrutura social é a primeira condição contextual que afecta o desenvolvimento dos laços com a sociedade e faz com que a criança seja, ou não, exposta a influências pró-sociais. Em criminologia, as investigações demonstram, constantemente, que se uma pessoa vivesse numa comunidade deteriorada ou se pertencesse a uma classe socioeconómica baixa, os riscos de envolver-se por uma carreira delinquente seriam maiores (Blumstein et al., 1986). Aliás, os dados dos estudos de Cambridge (Farrington e West, 1993), da Nova-Zelândia (Moffitt, 1993) e da Suécia (Wikström, 1987) mostram que os delinquentes persistentes provêm de famílias de baixo estatuto socioeconómico. Consequentemente, as comunidades desfavorecidas, no plano socioeconómico, são os meios onde se concentra o maior número de potenciais delinquentes persistentes.

Outros estudos descrevem, igualmente, a segunda condição contextual, a saber, que os défices biológicos (natureza do funcionamento do sistema nervoso central, nível de testosterona, etc.; Blackburn, 1993; Hodgins, 1985; Knoblich e King, 1992; Moffitt, 1990, 1993) e um temperamento difícil (Caspi, 2000; Wilson e Herrnstein, 1985) são as condições que limitam as possibilidades do desenvolvimento psicológico da pessoa. Moffitt, Lynam e Silva (1994) demonstraram, empiricamente, que os delinquentes persistentes apresentam défices neuropsicológicos. Além disso, certas consequências destas dificuldades foram observadas em delinquentes persistentes, como no caso do síndrome da hiperactividade, impulsividade, défice de atenção (Loeber e Le Blanc, 1990; Lynam, 1996; Moffitt, 1993). No âmbito do nosso quadro teórico da regulação pessoal, tais défices afectarão o desenvolvimento do indivíduo (v.g., do

desenvolvimento do raciocínio moral e da inteligência ou, também, o desenvolvimento da personalidade). Assim, o indivíduo egocêntrico e limitado no plano cognitivo estará mais inclinado a persistir na conduta delinquente. Este segundo conjunto de fatores de risco é, portanto, particularmente importante na prevenção do comportamento de delinquência persistente.

Segundo estudos comparativos já apresentados, para além deste conjunto de fatores de risco, os delinquentes persistentes experienciam dificuldades no plano dos laços sociais. Após os trabalhos de Hirschi (1969) e das numerosas confirmações empíricas do seu quadro teórico (Kempf, 1993), podemos aceitar que os vínculos à sociedade se manifestam em relação a várias instituições sociais. No caso dos adolescentes, três dessas instituições receberam uma atenção particular, por parte dos investigadores, a saber, a família, a escola e os colegas. A pessoa liga-se a essas instituições de duas maneiras: a vinculação às pessoas e o compromisso para com as instituições. As competências parentais deficitárias, que apresentá-las como uma causa da conduta delinquente persistente, são, provavelmente, responsáveis pelos défices verificados a nível dos vínculos à sociedade e são, claramente, uma causa do desenvolvimento da vinculação aos colegas desviantes, segundo Patterson et al. (1992) e Simons et al. (1994). Numa amostra de adolescentes, representativa da população, a vinculação aos pais é, também, juntamente com o sucesso escolar, o melhor factor preditivo da criminalidade na idade adulta (i.e., quando existem falhas a nível desse factor) (Le Blanc, 1994b). É também um bom factor preditivo da frequência da conduta delinquente, durante a adolescência e na idade adulta (Kolvin et al., 1988). Em consequência, o estabelecimento de um vínculo à sociedade, ou o seu restabelecimento, torna-se um alvo natural da prevenção, se quisermos modificar o curso da trajetória dos delinquentes persistentes.

Uma perspectiva explicativa do comportamento de delinquência persistente, que se quer integrativa, não pode ignorar as diferenças individuais. Com efeito, a literatura refere, abundantemente, a importância das diferenças individuais na emergência/ no aparecimento e no desenvolvimento da conduta delinquente (Andrews e Bonta, 1998; Blackburn, 1993; Caspi et al., 1994; Feldman, 1978; Fréchette e Le Blanc, 1987; Gottfredson e Hirschi, 1990; Krueger et al., 1994; Rutter, Giller e Hagell, 1998; Wilson e Herrnstein, 1985). Existe uma grande

variedade de teorias psicológicas, mas apenas uma apresenta postulados comuns aos das teorias da regulação social. Segundo Empey (1978), trata-se da perspectiva psicodinâmica, que propõe o conceito de *alocentrismo*, designando-se por esse termo o fim último do desenvolvimento pessoal. O alocentrismo é o movimento que impele a pessoa a sair do seu egocentrismo natural. O alocentrismo manifesta-se por uma consideração autêntica do que rodeia a pessoa; é a disposição para pensar nos outros e (poder) funcionar em relação com eles. Este *continuum* do egocentrismo ao alocentrismo, que caracteriza o desenvolvimento humano, é postulado por vários autores desenvolvimentistas (Lerner, 1997) e serve para sintetizar as dimensões da personalidade que estão tipicamente associadas à conduta delinquente. De acordo com a explicação clássica do comportamento de delinquência, que põe a tónica ou acentua a preponderância das variáveis psicológicas (cf., entre outros, Wolfgang e Ferracuti, 1967), propomos o construto de *alocentrismo* para representar a regulação psicológica (Fréchette e Le Blanc, 1987; Le Blanc, 1997).

As nossas comparações, de diferentes tipos de delinquentes, levaram-nos à identificação de um grande número de traços de personalidade, característicos dos delinquentes persistentes. Esses traços, mais do que as variáveis que se referem aos vínculos com a sociedade, são específicos desse tipo de delinquentes (Fréchette e Le Blanc, 1987). Com base na noção de *personalidade egocêntrica*, sintetizamos esses traços para representar o funcionamento psicológico deficitário, i.e., exclusivamente centrado sobre o *Eu*. A *personalidade egocêntrica* comporta, ou é caracterizada por cinco traços distintivos: a *hipo-sociabilidade* (inaptação na resposta às exigências e a suportar as restrições da vida social); a *negatividade* (atitude hostil e opoente para com os outros); a *insegurança* (mal-estar intrapsíquico e fortes sentimentos de desconforto); a *primitividade* (mecanismos rudimentares de funcionamento, orientados estritamente para a gratificação das necessidades pessoais); e os *defices cognitivos* (atraso no funcionamento moral e intelectual). Esta estrutura coesiva/ coerente constitui a teia psicológica de fundo da trajetória delinquente persistente. Parece, então, que o isolamento pessoal predomina nos delinquentes persistentes. Por outras palavras, a influência psicológica negativa determinante é o afastamento ou o fechar-se sobre si mesmo, relativamente às relações humanas íntimas/de proximidade.

Alguns investigadores designam esta configuração de traços psicológicos por "personalidade anti-social" (Farrington, 1991; American Psychiatric Association, 1994), "personalidade criminosa" (Pinatel, 1963; Yochelson e Samenow, 1976), "psicopatia" (Hare, 1970; Lykken, 1995; McCord e McCord, 1964) ou "um complexo de emotividade negativa e de restrições internas (variáveis reguladoras) deficitárias" (Caspi et al., 1994). Além disso, constatamos que esta configuração de personalidade egocêntrica é observável desde a idade dos 10 anos, nos delinquentes, e que, mesmo que seja evidente uma certa maturação psicológica desses indivíduos, esta configuração possui uma tal estabilidade que, aos 30 anos (Le Blanc, 1992b, 1995) e mesmo até aos 40 anos (Le Blanc e Morizot, 2000), ainda é possível distinguir uma amostra representativa da população (geral) de uma amostra de delinquentes.

A partir destes resultados, devemos concluir que é provavelmente impossível modificar o curso da conduta delincente persistente sem modificar esta configuração de personalidade egocêntrica e anti-social. Além disso, a nossa teoria postula que os adolescentes egocêntricos, que vivem em condições sociais desfavoráveis e que têm vínculos sociais deficitários, bem como dificuldades funcionais, não podem ser facilmente contidos. Além disso, os défices das competências educativas dos pais, que se traduzem numa fraca supervisão e numa disciplina severa, não permitem impôr as restrições (variáveis reguladoras) externas apropriadas, para limitar os comportamentos anti-sociais. E como se isso não bastasse, as restrições internas estão, muitas vezes, inoperantes. Elliott et al. (1987) demonstraram claramente, que os delinquentes crónicos não aderem às normas sociais convencionais, são punidos de forma inadequada pelos progenitores e são classificados como desordeiros e rotulados como causadores de distúrbios, por diversas instituições sociais. As restrições sociais, a última protecção contra a conduta delincente, não existem para os delinquentes persistentes. Pelo contrário, como postula a nossa teoria e como observámos na quase totalidade dos estudos sobre delinquentes persistentes, eles encontram-se sujeitos a diversas influências anti-sociais.

4.2. A prevenção da conduta delincente persistente

O quadro da delinquência crónica e persistente que acabámos de esboçar, vã de encontro à necessidade de considerarmos, para estes casos, uma prevenção específica, intensiva, multidimensional e precoce. Específica, porque os factores de risco e o mecanismo causal de desenvolvimento da delinquência persistent sublinham a importância dos factores pessoais e familiares, mais do que do factores situacionais ou macro-sociais (como é o caso da conduta delinquent comum). Intensiva, porque a construção desse modo de funcionamento levou vários anos a desenvolver, porque estamos perante indivíduos particularmente resistentes à mudança (intervenção), mesmo na idade adulta. Multidimensional, porque os factores de risco são múltiplos, pertencem a vários domínios (do biológico ao psicológico, bem como ao social) e dizem respeito a várias fases da vida (primeira infância, infância, fase de latência, adolescência). Precoce, por fim, porque o factores de risco e os primeiros sinais de conduta delincente manifestam-se cedo, na vida desses indivíduos, e porque o tratamento dos delinquentes crónicos apenas é eficaz para uma minoria desses sujeitos (Lipsey e Wilson, 1998). A única possibilidade é, então, uma acção sobre a trajectória da delinquência persistente antes que ela esteja seja consolidada.

Existem, actualmente, quatro tipos de programas de prevenção, de entre o que foram alvo de uma avaliação rigorosa, capazes de reduzir a conduta delincente, na adolescência. Estes tipos de programas podem adoptar variadas formas. Aqui, limitar-nos-emos a expor alguns exemplos de programas desenvolvidos para crianças pequenas e para crianças dos 7 aos 9 anos. Estes programas são destinados às famílias e às crianças de meios desfavorecidos visam o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, que possam favorecer uma melhor adaptação (já que, como sobressai da literatura da especialidade que revimos, o meio de origem e a ausência de tais competências- sociais e/ou pessoais constituem factores de risco a considerar).

4.2.1. Alguns programas exemplares de prevenção

Várias revisões recentes de artigos têm destacado programas de prevenção

que se presume serem relevantes na prevenção da conduta delinquente (Tolan e Guerra, 1994; Tremblay e Craig, 1995; Wasserman e Miller, 1998; Yoshikawa, 1994; Zigler et al., 1992). Verifica-se que os programas universais de prevenção, que são programas que pretendem abranger todos os indivíduos de uma dada população, apresentam poucas possibilidades de actuarem sobre a conduta delinquente persistente. Por outro lado, alguns programas focalizados, que se assemelham aos programas universais, uma vez que se centram do mesmo modo em factores de risco, tais como populações que vivem em condições de pobreza ou como as famílias monoparentais pobres, parecem ter pouco impacto sobre a conduta delinquente. Estes programas foram orientados para a promoção do desenvolvimento das competências e das habilidades sociais, o mais cedo possível na vida dos indivíduos, mas não visam os factores pessoais que estão na origem da conduta delinquente persistente. Segundo Tremblay e Craig (1995), há dois programas experimentais que foram avaliados adequadamente e tiveram impacto sobre a conduta delinquente: o *Syracuse University Development Research Program* (Lally, Mangione e Honig, 1998), para as crianças mais velhas, e o *High/Scope Perry Pre-School Project* (Berruta-Clement et al. 1984; Schweinhart, Barnes e Weikart, 1993) para as crianças pequenas.

O primeiro programa trabalha com futuras mães monoparentais, de meio desfavorecido, e dá apoio até ao início da escolaridade das crianças. Compõe-se de visitas semanais, por pessoas especialmente formadas na avaliação das interações entre mãe e criança. Para além de ajudar as mães a nível dos problemas médicos, financeiros, sociais, pessoais e educativos que podem surgir, o programa oferece, igualmente, actividades específicas tais como jogos sensório-motores, participação num centro de dia durante a primeira infância, preparação das mães no estabelecimento do contacto com a escola, etc. O segundo programa dirige-se a crianças em idade pré-escolar. Oferece dois anos de preparação para a escola, acompanhados de reuniões de apoio para os pais e de visitas domiciliárias para dar todo o tipo de aconselhamento e de ajuda.

✕ Tolan e Guerra (1994) referem que os resultados de alguns destes programas focalizados permitem considerar que a actividade delinquente, dos que participaram nestes programas, pode ser reduzida no final da adolescência e na idade adulta, comparativamente aos que não participaram. Contudo, nenhuma

explicação foi avançada quanto aos mecanismos que produziram estes efeitos a longo prazo. Além do mais, nenhum dos programas de prevenção foi avaliado tendo em conta o seu impacto no aparecimento da conduta delinquente, i.é. se eles permitiram atrasar a idade do seu aparecimento. Este factor é crucial no desenvolvimento da trajectória da conduta delinquente persistente. Há também a registar que, apesar destes programas considerarem como factores de risco a pobreza ou a monoparentalidade, não oferecem nenhuma componente dimensionada para as características pessoais das crianças, como por exemplo, as dimensões neuropsicológicas, o temperamento difícil ou o síndrome de hiperactividade/impulsividade/déficite de atenção. Por outro lado, as revisões de Tremblay e Craig (1995) e de Wasserman e Miller (1998) não mencionam que estes programas reduzem as formas mais inquietantes da conduta delinquente, nomeadamente a grave, crónica ou persistente.

Existem bastantes mais programas específicos, que podem ser aplicados no início da escola primária (Wasserman e Miller, 1998). Estes programas precedem o aparecimento da conduta delinquente ou são-lhe concomitantes. O *Seattle Social Development Program* (Hawkins et al., 1992c) está vocacionado para as crianças que entram para a escola primária e que frequentam escolas de bairros desfavorecidos. O programa propõe uma formação em gestão de classe, aos professores, e um programa escolar assente na resolução de problemas. Para além disso, os pais participam num programa de aprendizagem de competências educativas. O *Programme longitudinal et experimental de Montréal* (Tremblay et al., 1991, 1992, 1995; Tremblay e Charlebois, 1988), por sua vez, é específico para crianças agressivas. Comporta cinco elementos: treino de competência educativas dos pais; suporte aos professores que acolhem estas crianças, na sua classe; programa de treino das competências sociais, para promover nas crianças competências prosociais e de auto-controlo; sessões de desenvolvimento da crítica face à televisão e, particularmente, à violência televisiva; e actividades de estimulação da imaginação. O *University of Pittsburg Study* (Kazdin, Siegel Bass, 1992) foi aplicado a crianças dos 9 aos 13 anos, que tinham sido enviadas para uma clínica psiquiátrica por causa dos seus comportamentos agressivos anti-sociais. A redução da conduta delinquente foi mais significativa no indivíduos que participaram neste programa, que propunha o treino da

habilidades parentais e sessões semanais dimensionadas para a resolução de problemas, interpessoais ou outros, do que nos indivíduos a quem foi aplicada cada uma destas componentes, separadamente.

Os efeitos destes três programas sobre os comportamentos anti-sociais são numerosos. Em particular, eles reduzem a conduta delincente dos participantes, no decurso da adolescência. Em contrapartida, neste momento, ainda não foi demonstrado que estes programas atrasam o início da actividade delitosa ou que tenham tido uma influência sobre a conduta delincente grave e persistente. Tolan e Guerra (1994) e Wasserman e Miller (1998) elaboraram uma listagem dos programas de prevenção implementados no decurso da adolescência, se bem que nesta idade seja, provavelmente, demasiado tarde para prevenir a conduta delincente persistente. De qualquer forma, estes autores concluem que estes programas têm um impacto reduzido sobre o comportamento delincente e que não resultam na manutenção dos efeitos a longo prazo. Por exemplo, de entre os seis programas experimentais que Tremblay e Craig (1995) listaram, apenas três reduzem a conduta delincente. Por outro lado, apenas um destes seis programas, relata a diminuição da conduta delincente crónica. Trata-se do programa *Targeting School Commitment*, de Bry (1982). Este programa seleccionou alunos do sexto ano que apresentavam resultados escolares fracos, pouca motivação, pouco respeito pelas regras e que se sentiam afastados das famílias. O programa propunha uma reunião semanal que se centrava nos resultados escolares, no comportamento e motivação e um sistema de recompensas aplicado pelo pessoal do projecto. Permite, ainda, uma colaboração estreita entre professores e pais.

As intervenções preventivas que temos estado a inventariar podem ser qualificadas de programas de segunda geração, segundo a terminologia proposta por Vitaro (1998). Como sublinhamos, se bem que alguns deles tenham impacto sobre a conduta delincente, é impossível concluir que eles conseguem travar a conduta delincente persistente ou atrasar o seu aparecimento. Convém, então, considerarmos uma nova geração de programas multimodais de prevenção.

4.2.2. Em direcção a uma nova geração de programas de prevenção da conduta delincente persistente

Não haverá, pois, provas de que os programas de primeira e segunda geração, que foram rigorosamente avaliados, sejam eles universais ou específicos, que modifiquem a conduta delincente crónica ou, pelo menos, o aparecimento da conduta delincente. Além do mais, eles nem sempre visam os factores de risco da conduta delincente persistente, que nós revimos na literatura. Consequentemente, devemos voltar-nos para uma terceira geração de programas de prevenção específica e imaginar um conjunto apropriado de acções. A prevenção específica implica uma etapa preliminar à implementação dos programas: a despiستagem de indivíduos em risco. De facto, apesar de, para alguns autores (Offord et al., 1998), ser difícil a despiستagem precoce dos delinquentes crónicos, tal parece possível, por exemplo, com a ajuda de uma estratégia sequencial que empregue diversas fontes e diversas metodologias de recolha de dados (Le Blanc e Morizot, 2000). Além disso, a despiستagem precoce de potenciais delinquentes persistentes pode fazer-se sem perigo de maior. Com efeito, os trabalhos de Farrington e West (1993) mostram que a identificação destes delinquentes, entre os 8 e os 10 anos, se pode fazer sem prejuízo: os indivíduos vulneráveis, mesmo que não tenham sido condenados por nenhuma infracção criminal, são tão inadaptados no início da faixa etária dos trinta anos, quanto os delinquentes crónicos. As intervenções preventivas justificam-se, então, e o perigo de se declarar cedo de mais falsos casos positivos é também, em parte, afastado. Consequentemente, os componentes decorrentes do conhecimento dos factores de risco associados à conduta delincente persistente podem ser integrados nos programas universais apresentados acima.

Como incluir, nos programas de prevenção de primeira e segunda geração componentes que poderão ter um impacto significativo na conduta delincente persistente? No início da infância, o despiستe poderá juntar três critérios, à pobreza e à monoparentalidade, designadamente o défice cognitivo, o temperamento difícil e os métodos educativos deficientes aplicados pelos pais. Trata-se de três factores de risco característicos da conduta delincente crónica que foram identificados nas teorias e nas pesquisas empíricas. Graças a uma estratégia de despiستagem

sequencial, as famílias com crianças que apresentem défices cognitivos, temperamento difícil e um funcionamento inadequado, poderão ter a oportunidade de participar num programa de prevenção que comporte aspectos complementares aos já incluídos nos programas de segunda geração, descritos acima.

Partindo dos programas experimentais de Tremblay e Craig (1995), que se mostraram eficazes, é possível adiantar que para prevenir a conduta delinquente persistente através de uma acção sobre os défices cognitivos durante a primeira infância, convém testar um programa multimodal, que compreenda as seguintes componentes: preparação para a escola (ou frequentar um centro de dia, em função da idade), actividades de desenvolvimento das capacidades cognitivas em casa e no exterior, treino das habilidades sociais para as crianças e medicação, se for o caso, para as crianças hiperactivas. No início da escolaridade, é necessário juntar uma componente relativa à gestão de classe e ao suporte ao professor. Por sua vez, a componente familiar do programa de prevenção da conduta delinquente persistente deverá orientar-se para dois aspectos do funcionamento familiar. Primeiro, sempre segundo a recensão dos programas experimentais de Tremblay e Craig (1995), certos programas que se concentram nas capacidades de gestão familiar mostram que o treino das competências parentais pode ajudar a diminuir estas deficiências e o estilo coercivo das interações, que parecem suscitar comportamentos agressivos na criança e a adopção de uma conduta delinquente posterior.

Segundo, como a literatura realça que a fragilidade da vinculação entre pais e criança e as dificuldades de organização e de coesão familiar estão frequentemente presentes nos delinquentes crónicos, é necessário juntar componentes que se debruçam sobre estes factores de risco, nos programas de prevenção da conduta delinquente persistente. Duas intervenções são candidatas a estes programas. A primeira, o *Metroplitan Area Child Study* (Guerra et al., 1990) propõe uma intervenção familiar que incida sobre a coesão emocional, as creanças partilhadas e as interações do casal. A segunda, trata-se de uma intervenção multisistémica, de Henggeler e colaboradores (1998). Vários estudos desta equipa revelam efeitos bastante importantes sobre a conduta delinquente, mesmo no caso da delinquência grave, mas os resultados desta intervenção não foram ainda comparados com os de outros métodos. Além de mais, o impacto da área familiar

é desconhecido; esta área compreende três componentes: a modificação das práticas parentais, como nos programas descritos anteriormente, a intervenção sobre as relações matrimoniais, como no programa de Guerra e colaboradores (1990) já referido, e a ajuda na adaptação do funcionamento do sistema familiar na sequência de uma transição estrutural. A originalidade deste programa é agir sobre estas três componentes em simultâneo. Por diversas razões, certos delinquentes persistentes não podem ser despididos no decurso da primeira infância. Assim, os programas de prevenção pré-escolar deverão tentar despistar as crianças que manifestam problemas de hiperactividade, impulsividade e atenção, e cujas famílias são disfuncionais; características estas que surgem como factores de risco de conduta delinquente crónica. Estes programas de preparação para a escolaridade podem, assim, oferecer às famílias e/ou à criança um programa complementar específico para o funcionamento familiar e as habilidades parentais, tais como os apresentados anteriormente, bem como certas actividades integradas no programa pré-escolar, que se focalizam no síndrome de hiperactividade/impulsividade/défice de atenção e, em particular, no auto-controlo. Uma grande variedade destes programas de orientação cognitivo-comportamental foi proposta na literatura (Charlebois, 2002; Gagnon e Vitaro, 2001).

Os programas implementados no início ou no fim da infância podem ser insuficientes; certos potenciais delinquentes persistentes podem ter sido omitidos e certos pais podem ter-se recusado a participar no programa que lhes foi oferecido. Farrington e West (1993) demonstraram que é possível identificar potenciais delinquentes crónicos, durante os primeiros anos de escolaridade obrigatória, e isso de forma relativamente fiável. Consequentemente, os programas da nova geração, de prevenção da conduta delinquente crónica, deverão compreender os componentes relativos às características pessoais das crianças designadamente os défices cognitivos, a agressividade e os problemas de hiperactividade e impulsividade, o funcionamento familiar e o insucesso escolar. Segundo a literatura, trata-se de três factores importantes no desenvolvimento da cronicidade da conduta delinquente. É, portanto, necessário pensar-se numa intervenção multimodal que combine os componentes dos programas de Seattl (Hawkins e col., 1992c) e de Montréal (Tremblay e col., 1991, 1992). Para além disso, esse programa deverá reforçar as componentes familiar, escolar e pessoa

A maioria dos programas de prevenção de segunda geração omite um factor importante na manutenção e no agravamento da conduta delinquente: os pares/ colegas. A despeito da importância que esta variável tem na explicação de várias dificuldades de adaptação, tais como a conduta delinquente (Morizot e Le Blanc, 2000; Thornberry e Krohn, 1997; Vitaro, Tremblay e Bukowski, 2000), os dados empíricos não permitem afirmar que a modificação nas relações entre pares modifique de forma significativa a conduta delinquente, e ainda menos a conduta delinquente crónica (Vitaro e Tremblay, 1994, 1998). Podem ser desenvolvidas experiências, no final da escola primária ou no início da escola secundária, uma vez que estes períodos coincidem com a activação da conduta delinquente e são aqueles que precedem o seu agravamento (Le Blanc e Fréchette, 1989). Assim, os programas de treino das competências sociais associadas com a escolha e a interacção com os pares/colegas e as interacções seguidas em grupo ou a cultura positiva dos pares, como aquelas propostas por Feldman, Caplinger e Wodarski (1983), Goldstein e Huff (1993) e Gottfredson e Gottfredson (1992), poderão ser utilizadas de forma complementar às estratégias preventivas propostas antes. Contudo, os componentes dos programas de prevenção que impliquem os pares deverão ser aplicados com rigor, uma vez que certos trabalhos experimentais mostraram que efeitos iatrogénios podem estar associados a algumas destas intervenções (Dishion, McCord e Poulin, 1999). Com efeito, Dishion e colaboradores (1999) realçaram dois processos através dos quais os pares/colegas influenciam o desenvolvimento social dos indivíduos em risco para o desvio aquando das intervenções: os indivíduos em risco são activamente reforçados pelos risos, pela atenção social e o interesse pelas discussões a propósito das condutas delinquentes, o que pode levar ao risco de aumento destes comportamentos; e os indivíduos em risco tiram proveito deste "treino para o desvio", porque eles procuram uma base cognitiva da motivação para cometer os actos delinquentes no futuro. Os prevencionistas devem, portanto, ser prudentes e tentar contrariar estes dois processos.

Nós propusemos uma estratégia de prevenção da conduta delinquente persistente, que pode ser considerada como pertencendo à nova geração, uma vez que vai mais longe do que os programas de segunda geração. Para além de certas componentes dos programas de prevenção universais ou específicos, que

já demonstraram o seu impacto na conduta delinquente, propusemos a junção de componentes que visem os factores de risco particulares da conduta delinquente persistente. Aliás, a prevenção da trajectória delinquente persistente exige uma intervenção também ela contínua. O seu carácter durável e agravado leva-nos a pensar que é difícil, senão impossível, contrariar o seu desenvolvimento com uma intervenção com uma duração limitada a apenas alguns meses ou mesmo um ano. Yoshikawa (1994) refere que os programas mais eficazes têm uma duração de, pelo menos, dois anos. Os programas multimodais da terceira geração, como por exemplo o *Early Alliance Prevention Trial* (Dumas et al., 1999) ou o projecto *Fast Track* (Coie, 1998; Conduct Problems Prevention Group, 1992), são bons exemplos de programas desta geração. Contudo, se bem que estes programas sejam muito promissores, eles não estão associados à conduta delinquente persistente. Certos autores referem, mesmo, a necessidade de sessões de rememoração nos anos que se seguem a uma intervenção preventiva (Kazdin, 1995; Tremblay e col, 1995; Charlebois, 2001), ou de uma espécie de prevenção contínua, tal como é feito no projecto *Fast Track* (Coie, 1998; Conduct Problems Prevention Group, 1992). Por outro lado, a conduta delinquente persistente exige uma acção sequencial sobre os factores de risco, que deverão ser atacados antes que comecem a actuar. Por exemplo, é necessário prevenir, um a seguir ao outro, os efeitos de pais incapazes, o insucesso escolar provável, a frequentação de pares desviantes e a integração em bandos delinquentes.

5. A CONDOTA DELINQUENTE TRANSITÓRIA

Entre as condutas delinquentes persistente e comum, encontram-se áreas de transição, adoptando os conceitos de Fréchette e Le Blanc (1987). Mawson (1987) utiliza a expressão «criminalidade própria da idade», para designar esta trajectória e Moffitt (1993, 1997) prefere chamar-lhe «conduta antisocial limitada à adolescência». Elliot e colaboradores (1987) relatam que 41% dos adolescentes da sua amostra representativa não são delinquentes de carreira e Le Blanc e Fréchette (1989) observam que quase metade dos adolescentes (45%) adoptam esta trajectória, o que se verifica igualmente em cerca de um terço (31%) dos adolescentes inseridos em centros educativos do tribunal.

Com a ajuda dos diferentes parâmetros da carreira criminal, Le Blanc e Fréchette (1989) descrevem a trajetória da seguinte forma: antes de mais, esta forma de delinquência começa tardiamente, no decurso da adolescência. Patterson e colaboradores (1992) e Simons e colaboradores (1994) utilizam como ponto discriminante os 14 anos, para a conduta delinquente legal. Depois, ela não se escalona senão alguns anos mais tarde. Além disso, os adolescentes que adoptam esta trajetória mostram uma grande diversidade na frequência e na gravidade dos seus delitos. Numa extremidade do contínuo que constitui a conduta delinquente transitória, há o adolescente extremamente violento, o matricida, por exemplo. Compreende igualmente o caso dos adolescentes que cometem alguns delitos de gravidade média, roubos com arrombamento ou roubos de veículos a motor, por exemplo. Sobre este contínuo encontramos, também, os adolescentes que cometeram vandalismo e roubos menores ou roubos de gravidade média, durante um período de tempo limitado. No outro extremo deste contínuo que forma a conduta delinquente transitória encontram-se aqueles que cometeram uma vineta de infracções menores. Em suma, a etiqueta de conduta delinquente transitória serve para designar uma grande variedade de formas de conduta delinquente, que têm como característica comum de se iniciar e de se limitar ao período da adolescência.

5.1. As causas da conduta delinquente transitória

A conduta delinquente transitória foi bastante menos estudada que a conduta delinquente persistente e a comum, provavelmente devido ao grande número de formas que pode tomar esta trajetória de conduta delitosa.

Contudo, partindo da análise de alguns estudos comparativos, de alguns estudos que se debruçaram sobre as causas da conduta delinquente tardia e considerando a revisão da literatura, permitimo-nos esboçar o retrato do delinquente de transição.

Elliott e colaboradores (1987) mostram que estes delinquentes apresentam menos dificuldades de adaptação que os delinquentes persistentes. Com efeito, as médias dos delinquentes de transição aproximam-se sempre mais das dos não delinquentes que dos delinquentes de carreira. As suas ligações sociais são mais

sólidas, eles estão menos expostos aos pares desviantes, são menos reconhecidos como turbulentos pela escola, pelos pais e pelas pessoas que se relacionam com eles e beneficiam de melhor supervisão por parte dos pais. O estudo de Fréchette e Le Blanc (1987) vem confirmar estas observações. Este estudo acrescenta que estes delinquentes são mais empenhados na sua escolarização e são menos egocêntricos nos seus sentimentos, nas suas percepções e nas suas relações sociais; de qualquer forma, existem mais conflitos familiares, a disciplina é inconsistente e os seus pais apresentam, frequentemente, problemas de consumo de álcool, comparativamente aos adolescentes não delinquentes. No plano da configuração da personalidade, eles apresentam mais conflitos internos, são emocionalmente mais instáveis e, a nível da maturidade interpessoal, tendem a apresentar uma estrutura neurotica. Fréchette e Le Blanc (1987) demonstraram, também, que estes delinquentes, com o tempo, melhoram a nível do controlo da sua instabilidade emocional. Por outro lado, os delinquentes de transição representam o grupo de delinquentes que responde melhor a uma intervenção psicoeducativa centrada na introspecção (Gold & Osgood, 1992; Le Blanc, 1983).

Quanto aos mecanismos causais, Patterson e colaboradores (1992) e Simons e colaboradores (1994) descobriram que, naqueles que começavam a sua actividade delinquente tardiamente, as deficiências nas habilidades parentais favoreciam a associação a pares/colegas desviantes, o que levava a um encorajamento da conduta delinquente. Estes resultados apoiam o modelo da influência dos pares, de Elliott e colaboradores (1985, 1989). A partir de uma revisão da literatura, Moffitt (1993, 1997) constatou que a influência dos pares é preponderante para esta trajetória da conduta delinquente, mas considera também o impacto de outros dois factores: uma puberdade tardia e a ausência de modelos pró-sociais, i.é., os papéis que são respeitados pelos adultos como fazendo parte da cultura dos pares. Se bem que existam poucos estudos sobre as relações entre as actividades rotineiras dos adolescentes e a conduta delinquente (Osgood e col., 1996; Riley, 1987), parece-nos que não se deve negligenciar este factor que, juntamente com a frequência dos pares delinquentes, pode encorajar a adopção de uma trajetória delinquente transitória.

Em suma, se a conduta delinquente comum resulta, essencialmente, das ocasiões e a conduta delinquente persistente é, antes de mais, fruto da motivação,

os delinquentes de transição aparecem, simultaneamente, sob a influência de factores situacionais e pela qualidade do seu controle pessoal. Se a prevenção da conduta delincente comum é essencialmente de natureza contextual e a prevenção da conduta delincente persistente se centra na pessoa e nos mecanismos de socialização, a prevenção da conduta delincente transitória deverá integrar as duas perspectivas.

5.2. A prevenção da conduta delincente transitória

A literatura sobre a conduta delincente de transição, se bem que pouco abundante, permite ver que ela pode tomar duas formas: primeiro, uma forma menor, que se observa facilmente numa amostra representativa e que parece explicar-se por uma supervisão parental insuficiente, pela influência dos pares e, provavelmente, também por uma puberdade tardia; segundo, uma forma maior, que se manifesta em famílias conflituosas e nos adolescentes cujo funcionamento psicológico é de natureza neurótica. As nossas análises de programas de prevenção realçam a forma mais aguda desta conduta delincente, mas nós propomos uma estratégia de prevenção para cada uma destas formas passageiras da conduta delincente. Estas estratégias serão normalmente implementadas a partir do pré-escolar até ao início da adolescência, momento em que aparece a conduta delincente de transição.

5.2.1. A prevenção da conduta delincente transitória menor

A forma menor da conduta delincente de transição pode, provavelmente, ser prevenida pelos programas de prevenção da conduta delincente comum, implementados em meio escolar e que focalizam as actividades quotidianas dos adolescentes. Pode também esperar-se que os programas de prevenção da conduta delincente postos em prática na primeira infância, durante o período pré-escolar ou no início da escolaridade, possam travar o aparecimento da conduta delincente de transição. No que concerne à influência dos pares desviantes, duas estratégias, ou uma combinação de duas, poderá revelar-se frutuosa. Primeiro, trata-se de modificar o processo de influência dos pares por intermédio

das actividades de interacções guiadas por pares pró-sociais, no fim do primário ou no início do secundário, antes do aparecimento da conduta delincente de transição (Feldman et al., 1983; Gottfredson e Gottfredson, 1992). Segundo, um programa comunitário de desmantelamento dos bandos delinquentes, que estão tipicamente sob controle dos delinquentes persistentes, poderá limitar o número de delinquentes de transição que são recrutados por eles (Howell, 1998; Spengle, 1990).

5.2.2. A prevenção da conduta delincente transitória maior

A forma mais grave da conduta delincente transitória aparece em famílias conflituosas e necessita de uma configuração de personalidade com tendência neurótica. A literatura clínica em criminologia dá uma descrição deste tipo de delincente e propõe uma forma de tratamento mais eficaz, que nos outros delinquentes (Le Blanc et al., 1998). Contudo, a literatura não fornece nenhuma indicação empírica sobre as características destes indivíduos durante a sua primeira infância ou a sua infância. Consequentemente, não existem factores preditivos validados por estudos que nos possam ajudar a identificá-los, de forma fiável, antes de eles serem referidos para um programa de prevenção.

Parker e Asher (1987) relacionam a rejeição dos pares e a agressividade da criança com a conduta delincente ulterior. Contudo, estes autores notaram que o isolamento social não parece estar ligado à conduta delincente posterior. Os resultados dos estudos sobre o isolamento social parecem paradoxais, à primeira vista: o isolamento social, em si, parece ser um factor de protecção mas, em combinação com a agressividade, torna-se um factor de risco para o desenvolvimento das condutas anti-sociais (Kellam, Simon e Ensminger, 1983; Moskowitz, Crawley e Schwartzman, 1989). Recentemente, Kerr e colaboradores (1994) consideraram que este paradoxo é, provavelmente, devido ao facto de certas medidas confundirem isolamento social (na aceção de inibição comportamental) e isolamento social (na aceção de rejeição pelos pares). No *Étude longitudinal de Concordia*, as crianças ansiosas e isoladas socialmente no início da primária, e que eram também agressivas, quando comparadas com os grupos de crianças agressivas, isoladas socialmente e com o grupo de controlo, apresentavam taxas

mais elevadas de participação na conduta delinquente (uma frequência tão forte como nas crianças agressivas) e a gravidade era mais elevada (Moskowitz et al., 1989). Na mesma linha, Fréchette e Le Blanc (1987) demonstraram que era difícil distinguir os delinquentes de transição dos delinquentes persistentes, no contexto da adolescência, com base na extensão da sua conduta delinquente. Consequentemente, como certos dados revelam que as crianças ansiosas e isoladas socialmente são as que manifestam o nível de delinquência mais elevado, a seguir às crianças agressivas e isoladas, será possível distinguir mais cedo o grupo de potenciais delinquentes de transição, dos delinquentes persistentes. Trata-se de uma questão interessante à qual os estudos longitudinais poderão provavelmente responder.

Como existem alguns instrumentos que permitem despistar os problemas de ansiedade e de isolamento social a partir do fim da infância, por exemplo os instrumentos de Achenbach (1991a, 1991b), o *Questionnaire d'évaluation des comportements au préscolaire* (Tremblay et al., 1987) ou a *Échelle d'évaluation des dimensions du comportement* (Bullock et al., 1993; Poirier et al., 1999), nós poderemos imaginar a experimentação do seguinte programa de prevenção. Um programa de prevenção pré-escolar, como o apresentado anteriormente, poderá ser oferecido às crianças dos meios desfavorecidos. Assim, as crianças serão divididas em dois grupos: as crianças agressivas, que são mais susceptíveis de serem potenciais delinquentes persistentes, segundo a literatura, e as crianças ansiosas e isoladas socialmente, que são os potenciais delinquentes de transição, segundo a nossa hipótese. Ao primeiro grupo oferece-se o programa de prevenção específico descrito acima, enquanto é dado ao segundo grupo um programa diferente.

Este programa, para além das componentes descritas anteriormente para a preparação ou suporte na escolarização, inclui uma componente familiar e uma dimensão relativa à ansiedade e ao isolamento social. A intervenção familiar multissistémica de Henggeler e colaboradores (1998), parece apropriada para os delinquentes de transição porque as avaliações deste método revelam, entre outras coisas, uma diminuição da ansiedade e do isolamento social, uma melhoria das relações entre mãe e o adolescente e uma melhoria do desenvolvimento das relações familiares de coesão e de adaptação. Além do mais, ela permite diminuir

as associações com pares desviantes e a conduta delinquente, particularmente a conduta violenta.

Segundo a descrição clínica da forma grave da conduta delinquente transitória, a componente pessoal da intervenção deverá centrar-se na ansiedade, na instabilidade emocional e no isolamento social da criança ou do adolescente. Assim, a componente relativa ao funcionamento neurológico destas crianças poderá inspirar-se no programa proposto por Arbutnot e Gordon (1986). Este programa inclui atendimento individual e actividades e discussões em grupo, que visam melhorar a afirmação de si, com os pares e com os adultos, o desenvolvimento da empatia e da introspecção e a interiorização dos valores morais convencionais. Neste projecto, as crianças participam em actividades para melhorar a sua capacidade de escuta, de comunicação, de resolução de problemas e de tomadas de decisão, assim como de discussão sobre os valores. Segundo Arbutnot e Gordon (1986), quando comparados com um grupo de controlo, as crianças do grupo experimental mostram progressos a nível do raciocínio moral, prosseguem até mais tarde nos estudos, apresentam menos problemas de comportamento na escola e menos processos na polícia. Estas características correspondem às evidenciadas pelos delinquentes com uma estrutura de personalidade neuótica, quando comparamos os delinquentes transitórios e os persistentes (Fréchette & Le Blanc, 1987).

CONCLUSÃO

Este capítulo aborda três formas de desenvolvimento da conduta delinquente, nomeadamente as trajectórias comum, transitória e persistente. As estratégias de prevenção que apresentámos para estas manifestações da conduta delinquente apoiam-se sobre a inventariação das suas causas. A conduta delinquente comum exige a aplicação de programas de prevenção contextual, incidindo sobre as ocasiões em que se cometem os crimes e as actividade quotidianas dos adolescentes, porque os delinquentes comuns são, antes de mais, adolescentes convencionais. A conduta delinquente persistente requer programas de prevenção específicos multimodais, que englobem a família e as características pessoais dos indivíduos, porque o processo de socialização é deficitário, desde cedo, no decurso

da vida destes indivíduos. Por sua vez, a conduta delinquente transitória apela a uma estratégia centrada sobre os pares e certas características pessoais específicas. Se a conduta delinquente é concebida como um fenómeno homogéneo, então é possível restringirmo-nos aos programas de prevenção universais ou a certos programas específicos de primeira e segunda geração. Pelo contrário, se a conduta delinquente é concebida como um fenómeno heterogéneo, em que se distingue uma trajectória delinquente comum, transitória ou persistente, a natureza da focalização torna-se um guia incontornável para os prevenicionistas.

A lista dos factores de risco das condutas delinquentes comum, transitória e persistente não deixa nenhuma dúvida sobre a conclusão que os prevenicionistas e os investigadores devem tirar. Nenhum factor de risco ou nenhuma causa é necessária e suficiente para explicar o começo e a continuação de uma carreira criminosa. Mais que um único factor, que produz uma forma ou uma das trajectórias delinquentes, existe um conjunto englobante e complexo de variáveis que podem ser classificadas no plano teórico. É, então, vão esperar-se por uma solução milagrosa no domínio da prevenção da conduta delinquente, tanto mais que os programas mais eficazes, dentro dos que foram avaliados, não oferecem resultados isentos de questionamento. Considerando que cada programa visa um número limitado de factores, nenhum deles é, por si só, adequado, mas vários podem revelar-se úteis, e mesmo necessários, na implementação de uma estratégia integradora de prevenção da conduta delinquente.

Contudo, é fundamental considerar um factor muitas vezes ignorado: a qualidade da implementação do programa de prevenção. Durlak (1995) salienta que os estudos indicam claramente que os programas de prevenção obtêm benefícios limitados, se não forem implementados de forma completa e adequada. Certos programas podem ser mesmo alvo de descrédito, se nunca foram implementados correctamente. Uma das maneiras de remediar este problema, é propor uma formação rigorosa antes da realização do programa. Com efeito, os investigadores possuem conhecimentos e são peritos em programas de prevenção, mas os intervenientes, que irão aplicar o programa, estão frequentemente mal preparados para este tipo de intervenção; eles serão, então, mais eficazes se tiverem uma preparação adequada. Todavia, no âmbito da intervenção focalizada, é importante assegurar-se que todos os indivíduos despidos da população focada

pelo programa de prevenção recebam o programa de forma completa, pois esta questão pode ser uma das explicações para os resultados decepcionantes a agora obtidos (Offord, 1997).

Por outro lado, é importante notar que as estratégias de intervenção descritas neste artigo, deixam de lado as perspectivas da comunidade e da sociedade para se limitarem aos indivíduos e às trajectórias delinquentes que eles adoptam. Deste facto, os investigadores estão bem conscientes que uma acção sobre os indivíduos sem uma acção concertada sobre os factores de risco da comunidade ou da sociedade, não produzirá provavelmente resultados duráveis. Por exemplo, Le Blanc (1994a) e Catalano e colaboradores (1998) propuseram algumas estratégias de prevenção ao nível da sociedade e das comunidades. Por sua vez, Hawkins colaboradores (1992b) conceberam um método que permite implicar a comunidade na elaboração da estratégia preventiva que melhor lhe convém.

Apresentamos estratégias preventivas para as condutas delinquentes comum, transitória e persistente, a despeito do facto de as pesquisas avaliativas rigorosas serem pouco numerosas e de as teorias e os dados empíricos serem ainda incompletos. Consequentemente, a principal recomendação que nós podemos fazer aos investigadores e aos defensores dos programas de prevenção, é a apresentada por Wilson (1987, p.308): «Os nossos conhecimentos sobre a prevenção da conduta delinquente são insuficientes para nos permitirem esboçar algumas possibilidades (...) Apesar de todas as incertezas e das questões sem resposta, ignorar as iniciativas encorajadoras seria um erro, tal como ir em frente com os programas, em grande escala, como se as incertezas e as questões não existissem». Consequentemente à semelhança de Durlak (1995), nós pensamos que os defensores dos programas de prevenção devem privilegiar uma estratégia que comporte as etapas seguintes: elaborar um quadro teórico e conceptual para guiar a intervenção; desenvolver, implementar e avaliar um projecto piloto em pequena escala; reproduzir e confirmar os sucessos do projecto piloto; destacar as componentes mais eficazes do programa; proceder a um projecto experimental em larga escala; e, por fim, promover o programa de prevenção, se ele se revelar eficaz.

BIBLIOGRAFIA

- ACHENBACH, T.M. (1991a). *Manual for the Child Behavior Checklist/4-18 and 1991 Profile*. BRUNGTON, VT: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- ACHENBACH, T.M. (1991 b). *Manual for the Teacher's Report Form and 1991 Profile*. BRUNGTON, V.T.: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4^e ed.). Washington, DC: auteur.
- ANDREWS, D.A. & BONTA, J. (1998). *The Psychology of criminal conduct* (2^e ed.). Cincinnati, OH: Anderson Publishing.
- ANDREWS, D.A., ZINGER, I., HOGE, R.D., BONTA, J., GENDREAU, P. & CULLEN, F.T. (1990). Does correctional treatment work? A clinically relevant and psychologically informed meta-analysis. *Criminology*, 28 (1), 369-429.
- ARBITHNOT, J. & GONDON, D.A. (1986). Behavioral and cognitive effects of a moral reasoning development intervention for high-risk behaviorally disordered adolescents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54, 208-216.
- BARTOL, C.R. & BARTOL, A.M. (1989). *Juvenile delinquency: A systems approach*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- BECK, B.M. & BECK, D.B. (1967). Recreation and delinquency. In *Task force report: Juvenile delinquency and youth crime* (p. 33-342). Washington, DC: The President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice, US Government Printing Office.
- BERRIOTA-CLEMENT, J.R., SCHWENHART, L.J., BARNETT, W.S., EPSTEIN, A.S. & WEIKART, D.P. (1984). *Changed lives: The effects of the Perry preschool program on youths through age 19*. Ypsilanti, MI: The HighScope Press.
- BLACKBURN, R. (1993). *The Psychology of criminal conduct: Theory, research and practice*. Toronto, Ontario: John Wiley & Sons.
- BLUMSTEIN, A., COHEN, J., ROTH, J.A. & VISHER, C.A. (1986). *Criminal career and "career criminals"* (vol. 1 e 2). Washington, DC: National Academy Press.
- BLUMSTEIN, A., FARRINGTON, D.P. & MOTTA, S. (1985). Delinquency careers: Innocents, desisters, and persisters. *Crime and Justice: An Annual Review*, 7, 187-219.
- BRAY, B.H. (1982). Reducing the incidence of adolescent problems through preventive intervention: One- and five-year follow-up. *American Journal of Community Psychology*, 10, 265-276.
- BULLOCK, L.M., WILSON, M.J., POIRIER, M., TREMBLAY, R. & FREESTON, M. (1993). *Échelle d'évaluation des dimensions du comportement: Manuel de l'examinateur*. Loretteville, Québec: Commission Scolaire de la Jeune-Lorette.

- CASPI, A. (2000). The child is the father of the man: Personality continuities from childhood to adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78 (1), 158-172.
- CASPI, A., MOFFITT, T.E., SILVA, P.A., STOLTTHAMER-LOEBER, M., KIRCHER, R.F. & SCHMUTTER, P.S. (1994). Are some people crime prone? Replications of the personality-crime relationship across countries, genders, races, and methods. *Criminology*, 32, 163-196.
- CASPI, A. & MOFFITT, T.E. (1995). The continuity of maladaptive behavior: From description to understanding in the study of antisocial behavior. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental Psychopathology: vol. 2: Risk, disorder and adaptation* (p. 472-511). New York: John Wiley & Sons.
- CATALANO, R.F., ARTHUR, M.W., HAWKINS, J.D., BERGLUND, L. & OLSON, J.J. (1998). Comprehensive community- and school-based interventions to prevent antisocial behavior. In R. Loeber & D.P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (p. 248-283). Thousand Oaks, CA: Sage.
- CLARKE, R. V. G. & MAYHEW, P. (1980). *Designing out crime*. Londres, UK: Her Majesty Stationary Office.
- CLARKE, R. V. & CORNISH, D. B. (1985). Modeling offender's decisions: A framework for research and policy. *Crime and Justice: An Annual Review*, 6, 147-185.
- CLINARD, M. & QUINNEY, R. (1967). *Criminal behavior system: A typology*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- COHEN, L.E. & FELSON, M. (1979). Property crime rates in the United States: A macrodynamic analysis 1947-1977, with ex ante Forecasts for the mid-1980. *American Journal of Sociology*, 86, 90-118.
- COLE, J.D. (1998). La prévention des comportements antisociaux dangereux et persistants: Le projet Fast Track. *Revue Canadienne de Psychoéducation*, 27, 151-168.
- CONDUCT PROBLEMS PREVENTION RESEARCH GROUP (1992). A developmental and clinical model for the prevention of conduct disorder: The Fast Track Program. *Development and Psychopathology*, 4, 509-27.
- CULLEN, F. T. (1985). *Rethinking crime and deviance theory: The emergence of a structuring tradition*. Totowa, NJ: Rowman & Allanheld.
- DISHION, T.J., MCCORD J., & POUILL, F. (1999). When interventions harm: Peer groups and problem behavior. *American Psychologist*, 54 (9), 755-764.
- DUMAS, J.E., PAINZ, R.J., SMITH, E.P. & LACHGILL, J. (1999). The EARLY ALLIANCE Prevention Trial: An integrated set of interventions to promote competence and reduce risk for conduct disorder, substance abuse, and school failure. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2 (1), 37-53.
- DUNFORD, F.W. & ELLIOTT, D.S. (1984). Identifying career offenders using self-reported data. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 21 (1), 57-86.
- DURLAK, J.A. (1995). *School-based prevention programs for children and adolescents*. Thousand Oaks, CA: Sage.

- ELLIOTT, D.S., DUNFORD, F.W. & HURZINCA, D. (1987). The identification and prediction of career offenders utilizing self-reported and official data. In J.D. Burchard & S.N. Burchard (Eds.), *Prevention of delinquent behavior* (p. 90-121). Newbury Park, CA: Sage.
- ELLIOTT, D.S., HURZINCA, D. & ACETON, S.S. (1985). *Explaining delinquency and drug use*. Beverly Hills, CA: Sage.
- ELLIOTT, D.S., HURZINCA, D. & MEXARD, S. (1989). *Multiple problem youth: Delinquency, substance abuse, and mental health problems*. New York: Springer-Verlag.
- EMPEY, L.T. (1978). *American delinquency*. Homewood, IL: Dorsey Press.
- FARRINGTON, D.P. (1991). Antisocial personality from childhood to adulthood. *The Psychologist: Bulletin of the British Psychological Society*, 4, 389-394.
- FARRINGTON, D.P. (1992). Criminal career research: Lessons for crime prevention. *Studies in Crime and Crime Prevention*, 1, 7-29.
- FARRINGTON, D.P. (1993). Understanding and preventing bullying. *Crime and Justice: A Review of Research*, 17, 381-458.
- FARRINGTON, D.P. & HAWKINS, J.D. (1991). Predicting participation, early onset, and later persistence in officially recorded offending. *Criminal Behavior and Mental Health*, 1, 1-33.
- FARRINGTON, D.P., OHLEN, L.E. & WILSON, J.Q. (1986). *Understanding and controlling crime: Toward a new strategy*. New York: Springer-Verlag.
- FARRINGTON, D.P. & WEST, D.J. (1993). Criminal, penal and life histories of chronic offenders: Risk and protective factors and early identification. *Criminal Behavior and Mental Health*, 3, 492-523.
- FELDMAN, M.P. (1978). *Criminal behavior: A psychological analysis*. Londres, UK: John Wiley & Sons.
- FELDMAN, R.A., CARLINGER, T.E. & WODARSKI, J.S. (1983). *The St. Louis conundrum: The effective treatment of antisocial youths*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- FELSON, M. (1998). *Crime and everyday life* (2^e ed.). Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.
- FELSON, M. & GOTTFREDSON, M. (1984). Social indicators of adolescent activities near peers and parents. *Journal of Marriage and the Family*, 46, 709-714.
- FRECHETTE, M. & LE BLANC, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Boucherville, Québec: Gaetan Morin Éditeur.
- GIBBONS, D.C. (1965). *Changing the lawbreakers*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Gold, M. & Osgood, D.W. (1992). *Personality and peer influence in juvenile corrections*. Westport, CT: Greenwood Press.
- GOLDSTEIN, A.P. & HUFF, C.R. (Eds.) (1993). *The gang intervention handbook*. Champaign, IL: Research Press.

- GOTTFREDSON, G. C. & GOTTFREDSON, D. C. (1985). *Victimization in schools*. New York: Plenum Press.
- GOTTFREDSON, D.C. & GOTTFREDSON, G.D. (1992). Theory-guided investigation: Three field experiments. In J. McCord & R.E. Tremblay (Eds.), *Preventing antisocial behavior: Interventions from birth through adolescence* (p. 311-329). New York: Guilford Press.
- GOTTFREDSON, M. R. & HIRSCHI, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- GUERRA, N.G., TOLAN, P.H., HESMAN, R., VAN ACKER, R. & EROX, L. (1990). *Preventing the emergence of serious antisocial behavior in high risk youth*. Washington, DC: NIMH Grant.
- HAGAN, F.E. (1986). *Introduction to criminology: Theories, methods and criminal behavior*. Chicago, IL: Nelson-Hall.
- HARE, R.D. (1970). *Psychopathy: Theory and research*. New York: John Wiley & Sons.
- HAWKINS, J.D., CATALANO, R.F. & MILLER, J.W. (1992a). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: Implications for substance abuse prevention. *Psychological Bulletin*, 112 (1), 64-105.
- HAWKINS, J.D., CATALANO, R.F. & MILLER, J. (1992b). *Communities that care*. San Francisco, CA: Jossey Bass.
- HAWKINS, J.D., CATALANO, R.F., MORRISON, D.M., O'DONOVILL, J., ABBOTT, R.D. & DAY, L.E. (1992c). The Seattle Social Development Project: Effects of the first four years on protective factors and problem behaviors. In J. McCord & R.E. Tremblay (Eds.), *Preventing antisocial behavior: Interventions from birth through adolescence* (p. 139-161). New York: Guilford Press.
- HAWKINS, J.D. & WEIS, J.G. (1985). The social development model: An integrated approach to delinquency prevention. *Journal of Primary Prevention*, 6 (2), 73-97.
- HENGGELE, S.W. (1989). *Delinquency in adolescence*. Newbury Park, CA: Sage.
- HENGGELE, S.W., SCHOENWALD, S.K., BORDUIN, C.M., ROWLAND, M.D. & CUNNINGHAM, P.B. (1998). *Multisystemic treatment of antisocial behavior in children and adolescents*. (1998). *Multisystemic treatment of antisocial behavior in children and adolescents*. New York: Guilford Press.
- HINDELANG, M.J., GOTTFREDSON, M.R. & GAROFALO, J. (1978). *Victims of personal crimes*. Cambridge, UK: Ballinger.
- HIRSCHI, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley, CA: University of California Press.
- HODGINS, S. (1985). Biological factors implicated in the development of criminal behaviors. In R. Linden (Ed.), *Criminology: A Canadian perspective*. Toronto, Ontario: Holt Rinehart & Winston.
- HOWELL, J.C. (1998). Promising programs for youth gang violence prevention and intervention. In R. Loeber & D.P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (p. 284-312). Thousand Oaks, CA: Sage

- KAZDIN, A.E. (1995). *Conduct disorders in childhood and adolescence* (2^a ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- KAZDIN, A.E., SIEGEL, T.C. & BASS, D. (1992). Cognitive problem-solving skills training and parent management training in the treatment of antisocial behavior in children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60 (5), 733-747.
- KEILAM, S.G., SIMON, M.B. & ESMINGER, M.E. (1983). Antecedents in first grade of teenage substance use and psychological well-being: A ten-year community-wide prospective study. In D.F. Ricks & B.S. Dohrenwend (Eds.), *Origins of psychopathology* (p. 17-42). New York: Cambridge University Press.
- KEMPF, K. (1993). Hirschi's theory of social control: Is it fecund but not yet fertile? *Advances in Theoretical Criminology*, 4, 143-186.
- KERR, M., TREMBLAY, R.E., PACANI, L. & VITARO, F. (1994). Boys' behavioural inhibition and the risk of later delinquency. *Archives of General Psychiatry*, 54, 809-816.
- KNOBLICH, G. & KING, R. (1992). Biological correlates of criminal behavior. *Advances in Theoretical Criminology*, 3, 1-23.
- KOLVIN, I., MILLER, F.J., FLETCHING, M. & KOLVIN, P.A. (1988). Social and parenting factors affecting criminal offense rates: Finding from the Newcastle Thousand Family Study (1947-1980). *British Journal of Psychiatry*, 152, 80-90.
- KRAEMER, H.C., KAZDIN, A.E., OFORD, D.R., KESSLER, R.C., JENSEN, P.S. & KUPFER, D.J. (1997). Coming to terms with the term of risk. *Archives of General Psychiatry*, 54, 337-343.
- KRUEGER, R.F., SCHMUTTE, P.S., CASPI, A., MOFFITT, T.E., CAMPBELL, K. & SILVA, P.A. (1994). Personality traits are linked to crime among males and females: Evidence from a birth cohort. *Journal of Abnormal Psychology*, 103, 328-338.
- LALAY, J.R., MANGIONE, P.L. & HONIG, A.S. (1988). The Syracuse University Family Development Research Program: Long-range impact of an early intervention with low-income children and their families. In D.R. Powell (Ed.), *Parent education as early childhood intervention: Emerging directions in theory, research and practice* (p. 79-104). Norwood, NJ: Ablex.
- LANCOT, N. & LE BLANC, M. (1999). Les trajectoires marginales chez les adolescents judiciairisés: Continuité et changement. *Revue internationale de criminologie et de police technique*, 53, 46-68.
- LE BLANC, M. (1983). *Boscoville: La rééducation évaluée*. Montréal, Québec: H.M.H.
- LE BLANC, M. (1991). La prévention de la conduite délinquante chez les adolescents: Une approche globale, intégrée et différentielle. In *Recueil des études commandées par le Groupe de travail pour les jeunes*. Québec: Ministère de la Santé et des Services sociaux.
- LE BLANC, M. (1992a). Family dynamics, adolescent delinquency and adult criminality. *Psychiatry*, 55 (4), 336-353.

- LE BLANC, M. (1992b). Self-control and criminal behavior: Stable or unstable? *Intra and inter-generational continuity*. Comunicação apresentada no Congresso anual da "American Society of Criminology", 4-7 Novembro, Nouvelle-Orléans.
- LE BLANC, M. (1993). Prevention of adolescent delinquency, an integrative multilayered theoretically based perspective: Integrating individual and ecological aspects of crime. In D.P. Farrington, R. Sampson, & P.O. Wikström (Eds.), *Linking Community and Individual levels Explanations of Crime* (p. 279-322). Stockholm: The National Council on Crime Prevention.
- LE BLANC, M. (1994a). Prévalence, facteurs de risque et prévention de l'activité délictueuse. In F. Vitaro, P.L. Dobkin, C. Gagnon & M. Le Blanc (Eds.), *Les problèmes d'adaptation psychosociale chez l'enfant et l'adolescent : Prévalence, déterminants et prévention* (p. 109-146). Sainte-Foy, Québec: Presses de l'Université du Québec.
- LE BLANC, M. (1994b). Family, school, delinquency and criminality: The predictive power of an elaborated social control theory for males. *Criminal Behavior and Mental Health*, 4 (2), 101-117.

- LE BLANC, M. (1995). Common, temporary, and chronic delinquencies: Prevention strategies during compulsory school. In P.O. Wikström, J. McCord & R.W. Clarke (Eds.), *Integrating crime prevention strategies: motivation and opportunity* (p. 169-205). Stockholm: The National Council for Crime Prevention.
- LE BLANC, M. (1997). A generic control theory of the criminal phenomenon: The structural and dynamical statements of an integrative multilayered control theory. *Advances in Theoretical Criminology*, 8, 215-285.
- LE BLANC, M. (1999). *The cycle of offending, escalation and de-escalation in delinquent behavior: A challenge for criminology*. Comunicação apresentada no Congresso anual, Sessão inaugural de criminologia desenvolvimental, "American Society of Criminology", 18 Novembro, Toronto.
- LE BLANC, M., DIONNE, J., PROUX, J., GÉGOIRE, J.C. & TREDEAU-LE BLANC, P. (1998). *Intervenir autrement: Un modèle différentiel pour les adolescents en difficulté*. Montréal, Québec: Les Presses de l'Université de Montréal.
- LE BLANC, M. & FRÉCHETTE, M. (1989). *Male criminal activity: from childhood through youth. Multilevel and developmental perspectives*. New York: Springer-Verlag.
- LE BLANC, M. & LOEBER, R. (1998). Developmental criminology updated. *Crime and Justice: A Review of Research*, 23, 115-198.
- LE BLANC, M. & MORIZOT, J. (2000). La personnalité des délinquants de la latence à l'âge adulte: Stabilité et maturation? *Revue internationale de criminologie et de police technique*.
- LENNER, R.M. (1997). *Concepts and theories of human development* (2^a ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

- LIPSEY, M. W. & WILSON, D. B. (1998). Effective intervention for serious juvenile offenders: A synthesis of research. In R. Loeber & D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (p. 313-345). Thousand Oaks, CA: Sage.
- LOEBER, R. & LE BLANC, M. (1990). Toward a developmental criminology. *Crime and Justice: An Annual Review*, 12, 373-473.
- LOEBER, R. & STOUTHAMER-LOEBER, M. (1987). Prediction. In H. C. Quay (Ed.), *Handbook of juvenile delinquency* (p. 325-282). New York: John Wiley & Sons.
- LORION, R. P., TOLAN, P. H. & WHALER, R. G. (1987). Prevention. In H. C. Quay (Ed.), *Handbook of juvenile delinquency* (p. 383-416). New York: John Wiley & Sons.
- LUNDMAN, R. J. (1993). *Prevention and control of juvenile delinquency*. New York: Oxford University Press.
- LYKEN, D. T. (1993). *The antisocial personalities*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- LYNAM, D. R. (1996). Early identification of chronic offenders: Who is the fledgling psychopath? *Psychological Bulletin*, 120, 209-234.
- MAWSON, A. R. (1987). *Transient criminality: A model of stress-induced crime*. New York: Praeger.
- MAVHEW, H. & BINNEY, J. (1962). *The criminal prisons of London and scenes of prison life*. Londres: Griffin, Bohn & Co.
- MCCORD, W. & MCCORD, J. (1964). *The psychopath: An essay on the criminal mind*. New York: VanNostrand.
- MOFFITT, T. E. (1990). The neuropsychology of juvenile delinquency: A critical review. *Crime and Justice: An Annual Review*, 12, 99-16.
- MOFFITT, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701.
- MOFFITT, T. E. (1997). Adolescence-limited and life-course persistent offending: A complementary pair of developmental theories. *Advances in Criminological Theory*, 7, 11-54.
- MOFFITT, T. E., CASPI, A., DICKSON, N., SILVA, P. & STANTON, W. (1996). Childhood-onset versus adolescent-onset antisocial conduct problems in males: Natural history from ages 3 to 18 years. *Development and Psychopathology*, 8, 399-424.
- MOFFITT, T. E., LYNAM, D. & SILVA, P. A. (1994). Neuropsychological tests predict persistent male delinquency. *Criminology*, 32, 101-124.
- MORZOT, J. & LE BLANC, M. (2000). Le rôle des pairs dans l'émergence et le développement de la conduite délinquante: Une recension critique des écrits. *Revue Canadienne de Psycho-éducation*, 29 (1), 87-117.
- MOSKOWITZ, D. S., CRAWLEY, M. & SCHWARTZMAN, A. E. (1989). *Adult criminal activity among adolescents who were aggressive and withdrawn*. Montreal, Québec: Human Development Research Center, University of Concordia.

- MRÁZEK, P. J. & HACCERTY, R. J. (1994). Reducing risks for mental disorders: Frontiers for preventive intervention research. Washington, DC: National Academy Press.
- MULVEY, E. P., ARTHUR, M. W. & RIPPUCI, N. D. (1993). The prevention and treatment of juvenile delinquency: A review of the research. *Clinical Psychology Review*, 13, 133-167.
- NACIN, D. S., FARRINGTON, D. P. & MOFFITT, T. E. (1995). Life-course trajectories of different types of offenders. *Criminology*, 33 (1), 111-139.
- OFORD, D. R. (1997). Bridging development, prevention and policy. In D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (p. 357-364). New York: John Wiley & Sons.
- OFORD, D. R., KRAEMER, H. C., KAZDIN, A. E., JENSEN, P. S. & HARRINGTON, R. (1998). Lowering the burden of suffering from child psychiatric disorder: Trade-offs among clinical, targeted, and universal interventions. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 37 (7), 686-694.
- OSGOOD, W. D., WILSON, J. K., O. J. MULVEY, P. M., BACHMAN, J. G. & JOHNSTON, L. D. (1996). Routine activities and individual deviant behavior. *American Sociological Review*, 61, 635-655.
- PALMER, T. (1992). *The re-emergence of correctional intervention*. Newbury Park, CA: Sage.
- PALMER, T. (1994). *A profile of correctional effectiveness and new directions for research*. Albany, New York: State University of New York Press.
- PARKER, J. G. & ASHER, S. R. (1987). Peer relations and later personal adjustment: Are low-accepted children at risk? *Psychological Bulletin*, 102, 357-389.
- PATTERSON, G. R., CAPALDI, D. & BANK, L. (1991). An early starter model for predicting delinquency. In D. J. Pepler & K. H. Rubin (Eds.), *The development and treatment of childhood aggression* (p. 139-168). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- PATTERSON, G. R., REID, J. B. & DISHON, T. J. (1992). *Antisocial boys*. Eugene, OR: Castalia.
- PATTERSON, G. R. & YOEGERER, K. (1993). Developmental models for delinquent behavior. In S. Hodgins (Ed.), *Crime and mental disorders* (p. 140-172). Newbury Park, CA: Sage.
- PATTERSON, G. R. & YOEGERER, K. (1997). A developmental model for late-onset delinquency. In D. W. Osgood (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (vol. 44). Motivation and Delinquency (p. 119-177). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- PIVETEL, J. (1963). *Traité de criminologie*. Paris: Dalloz.
- POIRIER, M., TREMBLAY, R., PERREAULT, K., MORZOT, J., MARANDA, J. & FRAESTON, M. H. (1999). L'échelle d'évaluation des dimensions du comportement destinée aux parents du primaire: Manuel de l'examineur. Loretteville, Québec: Commission scolaire de la Capitale.
- REID, J. B. & EDDY, J. M. (1997). The prevention of antisocial behavior: Some considerations